

ÍROHÍN

Brasília, ano XI, nº 15,
fev. - mar./2006

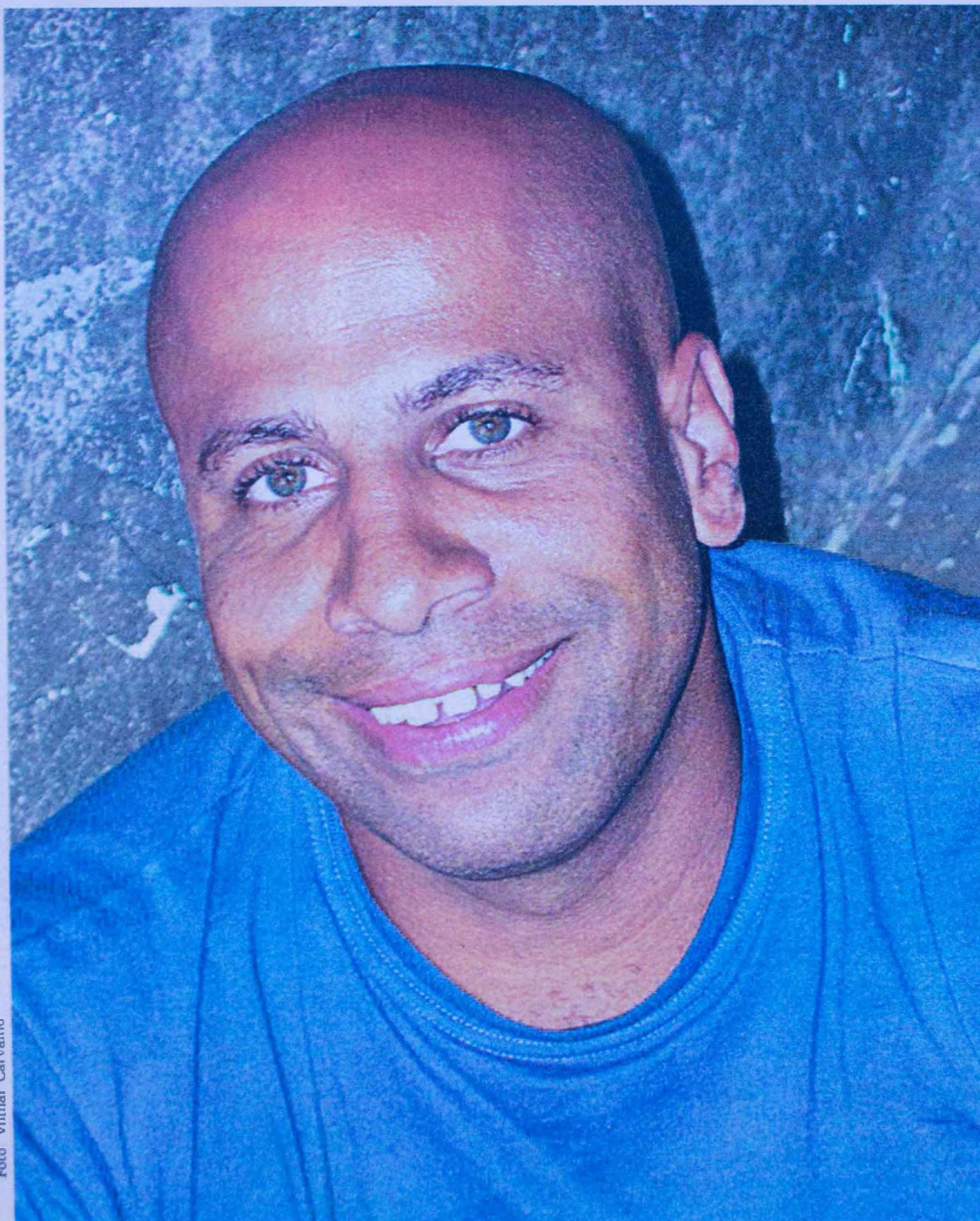


Foto: Vilmar Carvalho

Jessé Oliveira, mais de 30 espetáculos em 17 anos de teatro, é entrevistado por Diony Maria na p. 30.



Foto: Caed Lima

Manifestação pró-cotas na Universidade Federal do Espírito Santo, dia 5 de abril. Ana Flauzina e Elisa Larkin discutem programas já em andamento, pp. 11-13.



Foto: Carlos Moura

Rebeca Oliveira Duarte aborda o genocídio contra o negro como realidade cristalizada nas instituições, p.3.



Gabriela Leandro Pereira projeta espaços públicos de acesso à informação, p. 23.

ISSN 18085369



9 771808 53600B >

Relatório de Doudou Diène terá algum impacto no sistema ONU no Brasil?

Em outubro do ano passado, pouco antes de seguir para Nova Iorque, Carlos Lopes, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, disse em entrevista que o país precisava enfrentar alguns problemas estruturais, caso desejasse melhorar seus indicadores sociais e econômicos, e citou o racismo como um dos "grandes problemas estruturais difíceis de ultrapassar" (O Globo, edição de 10.10.2005, Cad de Economia, p.14).

Respondendo a uma pergunta da jornalista Eliane Oliveira - "Como o racismo se manifesta no Brasil?" - o então representante do PNUD respondeu que "Quando se analisa a distribuição de recursos em termos raciais, desde que as estatísticas permitam essa desagregação, chega-se facilmente à conclusão de que há uma diferença entre brancos e negros. Se há melhora social no país, a situação dos brancos melhora mais. Quanto menos negros você tem em determinada zona, melhores os indicadores".

No mesmo mês de outubro, estava percorrendo o país, em missão institucional, o senegalês Doudou Diène, relator especial das Nações Unidas sobre formas contemporâneas de racismo e discriminação racial. Doudou Diène, dez anos depois, seguia os passos de Maurice Glèlè Ahanhanzo, relator especial das Nações Unidas para o mesmo tema, que visitou o Brasil em 1995, com os mesmos encargos institucionais.

Em seu relatório, parcialmente transcrito nesta edição do Irohìn, Diène afirma que "toda a sociedade está organizada a partir de uma perspectiva racista: os negros são excluídos de todos os setores da sociedade e confinados aos trabalhos difíceis, com baixos salários, e

seus direitos básicos, incluindo o direito à vida, sendo violados".

"Viajar pelo país é como mover-se entre dois planetas", disse ainda o relator da ONU. Ahanhanzo, Carlos Lopes, Doudou Diène - inegavelmente a ONU está bem informada sobre o Brasil. Podemos até imaginar que, com tanta informação, os 800 milhões de dólares que o PNUD dispõe no Brasil para financiar programas e projetos (a maior parte é dinheiro do próprio governo brasileiro, a parte da ONU é ínfima, inferior às parcelas advindas dos bancos de desenvolvimento) serão prioritariamente direcionados para a superação do "racismo estrutural". Sugerimos a Lucien Muñoz, atual representante do PNUD, uma exigência do tipo: ou o projeto diz qual o seu impacto sobre as desigualdades raciais, ou não tem dinheiro.

É certo que um problema estrutural identificado "facilmente", como disse Carlos Lopes pouco antes de deixar o cargo, e sobre o qual se acumulam relatórios, diagnósticos e recomendações, está exigindo uma ação mais contundente das Nações Unidas, dentro e fora do Brasil. Acrescente-se que a informalidade, indicada também por Carlos Lopes como um outro grande problema estrutural, tem uma de suas origens, segundo Mário Theodoro, na existência de uma extrema desigualdade social, onde o racismo joga papel fundamental. Assim, o racismo não é mais um fator estrutural. Ele é o fator preponderante na estruturação das desigualdades no Brasil.

Queremos não só redirecionar os 800 milhões de dólares (já dava um caldo, é certo), mas queremos uma campanha que mobilize a solidariedade internacional e pressione o Estado brasileiro (qualquer

que seja o governo de plantão). Recomendações de relatórios são importantes, mas serão tratadas, ao que tudo indica, do mesmo modo que as decisões de Durban. Afinal, o que tem mesmo no relatório de Doudou Diène que não tenha sido apontado pelas entidades negras nos últimos cinquenta anos? A propósito, as entidades que lutam praticamente sozinhas no Brasil, negadas e vilipendiadas pela direita e pela esquerda, também precisam de apoio efetivo e não apenas migalhas para eventos de muita falação e poucos resultados.

O "racismo estrutural" compreende as formas de racismo e discriminação racial institucionalizadas, intrínsecas ao funcionamento das instituições sociais e econômicas. Carlos Lopes estava certo no seu diagnóstico de despedida, mas o PNUD está devendo, no compromisso decidido de contribuir, com os recursos de que dispõe, para a superação do quadro adverso para os negros. O tempo de falação sobre racismo acabou. O relatório de Doudou Diène deve ser lido, pois, com atenção também nos escritórios do sistema ONU no Brasil e queremos sentir seus efeitos, digamos assim, na intensificação de práticas efetivas.

xxx

Informamos aos leitores do Irohìn que a versão *on line* do jornal estará, finalmente, disponível a partir do dia 22 de maio. Fabiane Santos de Souza, *webdesigner*, e Suzana Guedes Cardoso, professora de planejamento visual da Comunicação da UnB, são responsáveis pelo projeto de página do Irohìn.

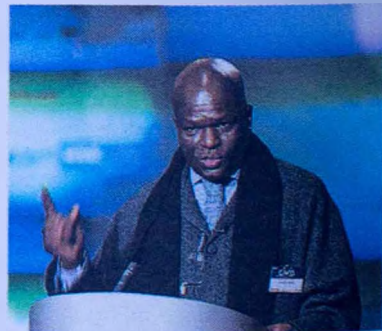
Edson Lopes Cardoso.



Maurice Glèlè Ahanhanzo



Carlos Lopes



Doudou Diène

Foto: Givaldo Barbosa

IROHÌN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 12.000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohìn, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohìn: Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Elisabete Lopes Car-

doso, Fernanda Felisberto, Juliana César Nunes, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Regina Adami, Renata Nóbrega e Wania Sant'Anna.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Impressão: Correio Braziliense.

Site: www.irohìn.org.br (publicação em 22 de maio).

e-mail: irohìn@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio: Fundação Ford.



Genocídio do povo negro: força de expressão ou expressão da força?

A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, das Nações Unidas, apóia a denúncia que há muito tempo o MN faz do genocídio do povo negro como uma realidade cristalizada e generalizada nas instituições brasileiras.

Rebeca Oliveira Duarte*

Polícia Militar jogar jovens na maré do Rio Capibaribe em Recife, debaixo da Ponte Joaquim Cardozo, não foi ato isolado. É uma prática.

Essa é a conclusão, afinal, do delegado da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente – GPCA – tratando especificamente do caso no carnaval pernambucano deste ano, em que jovens foram abordados, torturados e forçados a entrarem na maré do rio por policiais militares, resultando na morte de dois adolescentes. Diogo Rozendo Ferreira, 15 anos, e Zinael José Souza da Silva, 17, por não saberem nadar, estarem vestidos de calça jeans, sapatos e, ainda, espancados, não conseguiram lutar contra a correnteza e morreram afogados.

A sociedade entra em choque, espanta-se com o óbvio. Todas as pessoas conseguem enfim enxergar a cor das vítimas. O grupo de catorze jovens, negros, pobres e alguns com a estética da moda na periferia – cabelos cortados rente e pintados de louro –, foram abordados quando iam ao Recife Antigo por terem sido “confundidos” com “maloqueiros” que fariam arrastão no carnaval. Não foram revistados, solicitados documentos, sequer perguntados os nomes. A prática, velha e corriqueira, foi detê-los, jogá-los em viaturas lotadas, “arriar a madeira” – jargão policial – e jogar os rapazes à própria sorte no rio poluído, profundo e perigoso. Depois perguntou-se quem eram as jovens vítimas. A triste ironia do racismo brasileiro: um dos mortos, Zinael, portava uma carteira que comprovaria ser ele filho de um colega de profissão dos algozes, de um policial militar.

O que o delegado e a sociedade hoje constatam não é, infelizmente, novidade para o Movimento Negro. Há muito são apresentados fatos que comprovam haver uma ação genocida cometida não apenas

Foto: Carlos Moura



Manifestação contra assassinatos de adolescentes e jovens negros, em frente ao Ministério da Justiça, durante a Marcha Zumbi+ 10., em 16.11.05.

pela violência policial, mas pela omissão dos poderes públicos em relação à vulnerabilidade da juventude negra, em relação à saúde da população negra, dentre outras questões cruciais. Os índices da mortalidade por violência direta ou omissão do Estado, através de seus agentes, podem comprovar em números que o Brasil é estruturalmente um Estado racista, e que desde a sua formação promove ou permite promover-se o extermínio da população negra – explicitamente, como nesse caso e em casos exemplares como a chacina de Nova Iguaçu e a cometida contra os jovens da Comunidade dos Pequenos Profetas, já denunciado em artigo no *Ìrohìn* – ou implicitamente, como nas mortes de corredores dos hospitais públicos, por falta de atendimento ou atendimento precarizado da população de baixa renda, que nada à toa é representada em cerca de 70% pela população negra. Essa foi inclusive a compreensão do relator especial da ONU sobre discriminação racial, Doudou Diène, após visita ao Brasil no ano passado.

A tecnocracia jurídica brasi-

leira, no entanto, considera incorreto o termo GENOCÍDIO para essa situação de assassinio generalizado da população negra. Esbarramos, sempre e tanto, no mecanismo sofisticado que o Brasil criou para perpetuar o racismo: a sua não nomeação supõe a sua inexistência. Logo, atos segregacionistas e de genocídio perpassariam pela interpretação jurídica, inclusive na defesa de Direitos Humanos, através de expressões não-raciais, essas sim admitidas e generalizadas, como execução sumária, grupos de extermínio, violência policial. Isso põe os diversos tipos de violações num só “cadinho” de análise, flexibilizando o diagnóstico e ocultando uma realidade histórica de violência institucional que começou muito antes da ditadura militar.

Se olharmos com cuidado os ingredientes dessa sopa, no entanto, não será difícil compreender que GENOCÍDIO do povo negro não se trata meramente de uma força de expressão utilizada por militantes do Movimento Negro; não é utilizada apenas, infelizmente, para visibilizar nossas especificidades. É,

sim, uma realidade cristalizada e generalizada nas instituições brasileiras.

A definição extraída da **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio**, da Assembléia Geral da ONU, ratificada pelo Brasil em 1951, é bastante explicativa nesse sentido: trata-se de Genocídio aqueles atos – cometidos quer em tempo de guerra ou em tempo de paz (art. 1º), por governantes, funcionários ou particulares (ar. 4º) –, admitindo conluio, incitação, tentativa e cumplicidade (art. 3º), que tenham a intenção de destruir, *no todo ou em parte*, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como o assassinato de membros do grupo, o dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo, a submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial, as medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo e a transferência forçada de menores do grupo para outro (ar. 2º).

O que nossa tecnocracia jurídica não admite, em termos de interpretação, é a questão da *intencionalidade* de atingir um grupo racial. No entanto, mesmo na interpretação eurocêntrica do direito, sabemos que a omissão também pode representar uma conduta ilícita intencional. Não será outra constatação ao percorrermos, sem distrações, os corredores de Febem’s ou Fundac’s, de penitenciárias, de delegacias. Não será outra constatação se avaliarmos, sem distrações, a cor e as características físicas das vítimas de abordagem violenta de policiais civis e militares. Não será outra constatação se ouvirmos, sem distrações, os depoimentos daqueles jovens negros agredidos no carnaval de que teriam sido expostos,

outras vezes, ao mesmo tipo de truculência. Omitir-se quanto ao fato comprovado numericamente de que a população negra está mais sujeita à repressão policial e à punição jurisdicional é, intencionalmente, permitir que ela continue sendo vitimada.

Historicamente, o sujeito negro, excluído do acesso a bens e direitos, é criminalizado nesse Estado repressor, patrimonialista e cujas práticas penalistas foram alimentadas por teorias racistas da criminologia. Padronizado como suspeito preferencial por estereótipos racistas, o sujeito negro, na cultura de extermínio das polícias, é o alvo certo nas abordagens policiais e em atos de tortura e morte, como o foram Diogo, Zinael, Flávio Santana e tantos outros. Isso, tecnicamente,

está previsto no art. 2º da Convenção como "assassinato de membros do grupo" racial. Não há como negar a intencionalidade racista dos agentes públicos quando, por serem negros os alvos, não foi feita qualquer revista ou feita qualquer abordagem, matando-os sumariamente. A tortura recebida pelos jovens do caso em Recife descortina várias outras situações e depoimentos em que jovens negros são abordados arbitrariamente e violentamente – inclusive com expressões racistas como "negro safado", dentre outras – e adequa-se ao mesmo artigo como o cometimento de "dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo". E, do mesmo modo, sejam levantadas as mortes por omissão médica; a mortalidade materna; o grupo mais atingido pela ausência de políticas

públicas em saúde; sejam ainda avaliadas estatisticamente as comunidades pobres, majoritariamente negras, e perceberemos que também se adequa ao mesmo artigo como uma "submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial". Optar por uma política econômica que não priorize erradicar essas agudas desigualdades configura, também, uma omissão intencional.

É exatamente por essas razões, de não visibilizar o Genocídio contra o povo negro no Brasil, que a demonstração de que a política brasileira sempre foi racializada recebe tão violentas oposições no campo formal por quem vivencia e patrocina essa realidade, seja na Administração Pública, nos campos jurídico, acadêmico ou legislativo.

A responsabilidade política é muito grande. É histórica.

Por Diogo, por Zinael, por Flávio e por tantos homens e mulheres negros violados pelo racismo, no entanto, permaneceremos denunciando esse Genocídio secular, que está bem aqui, em nosso cotidiano, inscrito com todas as letras nas ações e omissões como a expressão da força racista nas instituições públicas, lido e percebido facilmente por quem não anda distraidamente em nossas ruas, em nossas comunidades. Nem muito menos em nossas próprias casas.

**Advogada do Observatório Negro, especialista em Direitos Humanos, pela UFPB, e mestranda em Ciência Política na UFPE. "Fellow" da Ashoka.*

Foto: Carlos Moura



A Desigualdade Brasileira em queda?

A maior equalização dos rendimentos do trabalho nos últimos anos se deu concomitantemente à queda geral dos rendimentos

Mário Theodoro*

Em publicação recente (TD 1166, fev/06), o economista Sergei Soares, do IPEA, desenvolveu um trabalho mostrando que a desigualdade de renda no Brasil sofreu significativa redução em 2004. Tendo por base os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE, Soares realiza um exercício bastante instigante ao final do qual nos traz algumas conclusões que merecem aqui serem citadas.

A primeira delas é a de que a desigualdade no Brasil, ainda que alta, vem caindo significativamente no período 2001-2004. Algo surpreendente tendo em vista nossa posição destacada como país campeão da desigualdade. A segunda conclusão é a de que os programas governamentais de transferência de renda, assim como a extensão da aposentadoria aos trabalhadores rurais, nos anos 90, foram em parte responsáveis por essa redução da iniquidade

em nosso país. Mas a causa principal dessa diminuição, e essa é a terceira grande conclusão, seria, segundo o autor, a desconcentração de renda ocorrida no mercado de trabalho.

A queda na desigualdade brasileira refletiria, assim, uma ação explícita do Estado – mediante os programas de transferência de renda – e, principalmente, um mercado de trabalho, digamos, menos proibitivo e menos dessemelhante. Infelizmente, nosso mundo não é assim tão colorido. A maior equalização dos rendimentos do trabalho nesses últimos anos se deu concomitantemente à queda geral dos rendimentos. Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego demonstram que, nesta década, houve um aumento da prática empresarial de admissão de trabalhadores novos em substituição àqueles mais experientes. Trocou-se, portanto, o empregado mais antigo e de maior faixa salarial, por outro

mais novo, com salário menor. Essa sistemática contribuiu sobremodo para um cenário mais homogêneo, ainda que essa homogeneidade seja contaminada pela queda da renda.

Observe-se que o estudo se limita aos rendimentos das pessoas físicas. A chamada distribuição funcional da renda, aquela que apresenta a repartição de nossa riqueza entre pessoas físicas, jurídicas e o Estado, como o próprio autor nos lembra, não está aqui contemplada. Na verdade, a distribuição funcional da renda não pode ser captada pela PNAD, pesquisa sabidamente de cunho domiciliar. Nada a falar sobre os crescentes juros e lucros, assim como da parcela da renda referente ao Estado, aquela que hoje retorna em grande medida ao sistema financeiro, em face dos compromissos de nossa dívida pública. Há, portanto, uma equalização dentro do empobrecimento, o que não deixa de ser uma novidade, embora não tão boa

quanto gostaríamos.

Resta-nos, porém, uma observação de cunho histórico. A desigualdade no Brasil é complexa, é secular e constitutiva de nosso padrão regulatório. Dentro dessa desigualdade, a questão racial se coloca em posição de destaque. O racismo justifica em grande medida a naturalização da iniquidade. Há assim, por detrás de números e estatísticas, um fenômeno que é em grande medida fruto do racismo e como tal deve ser melhor focado.

Nota: Acaba de ser publicada a Revista História Viva, edição especial sobre Temas Brasileiros de nº 3, toda ela dedicada à questão racial brasileira. Um passeio pela nossa história. Uma grande iniciativa. Vale a pena conferir.

**Doutor em Economia e consultor do Senado Federal.*

MP provoca debate sobre trabalho doméstico no Brasil

Trinta e quatro anos depois de sua regulamentação, o “Trabalho Doméstico” volta a ser discutido com a edição da Medida Provisória nº 284, de 6 de março de 2006, que institui a dedução sobre um salário mínimo no Imposto de Renda (IR) do recolhimento mensal à Previdência Social ao empregador que assinar a carteira de trabalho da empregada doméstica. O contribuinte terá que utilizar o modelo completo da Declaração de Ajuste Anual e só poderá declarar um único empregado(a) doméstico(a).

Miro Nunes e Sandra Martins*

O mercado de trabalho doméstico no Brasil é composto, em sua grande maioria, por mulheres – 6.081.879 de domésticas(os), segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativa ao ano de 2003. Destas, cerca de 58% são trabalhadoras negras (pretas + pardas, segundo critério do IBGE) que ganham em média um salário mínimo. Este fato coloca a questão dentro do conjunto de problemas enfrentados pela comunidade afro-brasileira, que luta pela garantia do exercício pleno de direitos civis e sociais, entre os quais a formalização do contrato de trabalho através da carteira assinada.



Ministra Nilcéa Freire dialoga com representantes das trabalhadoras domésticas

Profissional ainda não reconhecido

“Até que enfim lembraram de nós, trabalhadoras domésticas.” O desabafo é da presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas do Município do Rio de Janeiro, Carli Maria dos Santos, que participou da audiência pública sobre a MP na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no último dia 3 de abril. Para ela, a MP não é o projeto ideal para a categoria, porém é o que está sendo conquistado neste momento. “O que nós gostaríamos mesmo é de uma revisão na Constituição Federal para que pudessemos ter os mesmos direitos que as demais categorias têm. Por que não dar a esta pessoa o direito

que ela tem de ser reconhecida como cidadã, de ter a sua carteira assinada?”, questionou.

Com o mesmo tom crítico, Lúcia Xavier, coordenadora da ONG Criola, lembra que as cerca de 6 milhões de empregadas domésticas brasileiras têm garantido apenas nove direitos (salário mínimo, décimo-terceiro, irredutibilidade salarial, repouso semanal, férias, licença maternidade, licença paternidade, aviso prévio e aposentadoria) constantes na Constituição Federal.

Na sua ótica, esta dedução no IR não deixa de ser um privilégio para alguém que deveria, sem este benefício, cumprir a lei e assinar a carteira de sua empregada doméstica. Entretanto, ela entende ser relevante aproveitar a oportunidade para

que seja discutida a ampliação dos direitos das empregadas domésticas, em sua maioria negras, muitas delas provedoras da família.

Para a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a Medida Provisória é uma tentativa de acelerar o processo de formalização do trabalho doméstico. “Apenas um incentivo que tem um valor simbólico. Não é igual aos demais incentivos concedidos a empresários para aumentar a empregabilidade”. Há uma expectativa de que com a edição da MP haja a inclusão de mais de um milhão de novas domésticas com carteira assinada no Brasil.

Outro aspecto apontado pela ministra Nilcéa Freire é que a MP

pode ser considerada também uma ação afirmativa e tem o mérito de colocar em debate para a sociedade brasileira as relações de trabalho das trabalhadoras domésticas. Na concepção da ministra, a sociedade brasileira considera o trabalho doméstico como uma atividade menor, desprestigiada. Uma percepção contaminada pelo ranço da escravidão.

Assinar carteira é bom negócio

“É mais vantajoso para o empregador assinar a carteira da trabalhadora doméstica, ao invés de manter informal esta relação trabalhista”, aconselha o presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, Mário Alberto

Avelino: “pois em uma ação trabalhista o empregador é obrigado a recolher também a parte da empregada junto à Previdência Social.” Ele lembra que a única economia na informalidade é o não recolhimento dos 12% para o INSS. No entanto, o empregador arrisca-se a enfrentar como réu um processo na Justiça do Trabalho, cujo resultado certamente será o pagamento de todos os direitos reclamados, multa por recolher com atraso à Previdência e os honorários dos advogados das duas partes, juntamente com as custas judiciais.

Mário Alberto considera mais adequado mudar o foco do chamado incentivo para o empregador assinar a carteira de trabalho. Ao invés de ser o desconto com base no

modelo completo da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, para ele deveriam ser reduzidas as alíquotas pagas pelo empregador e pela empregada doméstica. Cada um recolheria 6% e não 12% do patrão e 8% à empregada doméstica. "Pela MP 284 o INSS recolhido hoje, em reais, fica em R\$ 42,00 mensais ou R\$ 504,00 anuais. Pela proposta da MP 284 a restituição só volta para o bolso do contribuinte empregador no ano seguinte, enquanto que pela proposta de redução das alíquotas da Previdência a economia é direta e mensal", afirmou Avelino.

Mário Avelino frisou ser necessário o debate relacionado às condições de trabalho das trabalhadoras domésticas no Brasil. Lembrou como exemplo um dado da PNAD/IBGE ano 2003: 0,6% do total de empregados domésticos no país, ou 36.678, nada recebem pelo seu trabalho, ou seja, estão em regime de escravidão em pleno século XXI.

Luta pela politização da categoria

As entidades sindicais promovem cursos e palestras com o intuito de não só tornar mais eficiente o trabalho da empregada doméstica, mas de estimular também sua conscientização política. No sindicato na capital fluminense, que congrega cerca de 2 mil associadas, incluindo as aposentadas, vários cursos vêm sendo realizados no âmbito do programa "Trabalho Doméstico Cidadão", lançado em janeiro passado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Entretanto, afirmou Carli Maria, iniciativas como esta



Nilcéa Freire



Carli Maria dos Santos



Maria de Lourdes Pereira



Lúcia Xavier

Fotos: Wagner Sant'Anna

podem tornar-se problemáticas devido à jornada de trabalho diária. "Há esta dificuldade, pois seria mais fácil se a doméstica tivesse um horário definido. Se ela não negociar isso, inclusive antes de firmar o contrato de trabalho, ela não consegue mais depois", comentou ao falar ainda da dificuldade em obter folga aos sábados para frequentar um curso de capacitação profissional.

A presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas de Nova Iguaçu, Maria de Lourdes da Silva Pereira, disse que o mesmo acontece nesta e em outras cidades da Baixada Fluminense. A entidade sindical conseguiu formar, dentro do citado programa governamental, uma turma de 26 mulheres com aulas aos sábados sobre, entre outras informações, noções de cidadania e direitos sociais. "Já falei para elas sobre a importância da carteira assinada. E, deste grupo, apenas uma estava legalizada. Entre as demais há as que ganham por mês R\$ 150,00 ou meio salário mínimo – menos até se considerar o novo valor de R\$ 350,00. Por sinal, a maioria das empregadas domésticas que vão ao Sindicato, para que façamos a verificação de suas contas ao serem demitidas, estão nesta situação", disse a presidente da entidade sindical.

Para Maria de Lourdes, a maior luta das empregadas domésticas é a assinatura da carteira de trabalho, pois sem este direito fundamental os outros não estarão garantidos, como férias e décimo terceiro salário.

(*) Jornalistas (RJ)

DADOS SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Empregados com carteira assinada	1.645.457	27,06%
Empregados sem carteira assinada	4.436.040	72,94%
Trabalham sem salário	36.678	0,60%
Ganham até meio salário mínimo	1.684.515	27,70%
Ganham entre meio e 1 salário mínimo	2.512.322	41,31%
Ganham mais de 1 salário mínimo	1.847.692	30,36%
Mão de obra feminina	5.683.988	93,46%
Mão de obra masculina	397.891	6,54%

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD 2003 – IBGE. Extraído do site www.fgtsfacil.org.br.



Biologia, Biodiversidade, Biopolítica - novidades na luta anti-racista?

Jurema Werneck*

Este artigo inaugura uma série de textos que serão publicados no Irohìn sobre biopolítica. Sob este tema reúnem-se variados aspectos da tecnociência atual, particularmente da biologia molecular e das técnicas de intervenção e manipulação do material genético presente no núcleo das células. E suas imbricações com a política. Entre eles, estão temas como eugenia e sua nova face, a tecno-eugenia, como é chamada por alguns; a possibilidade de privatização e comercialização da vida; o desenvolvimento e comercialização de organismos transgênicos; a biopirataria; o conceito e a legislação de propriedade intelectual e muito mais.

A biopolítica debruça-se sobre análises e ações em torno da atual mudança de paradigma na sociedade, onde a informação torna-se a principal ferramenta de controle dos processos da vida (bio). E quando falo de informação, refiro-me a seus variados códigos e às suas mais variadas formas: biológica (átomos e moléculas que formam o material genético, nanopartículas que compõem a matéria viva); informação digital (a estrutura binária, código numérico da linguagem dos computadores); e a comunicação como sistema, como mídia, como tecnologia, etc.

Tudo isto terá (e já tem) forte repercussão sobre a população negra. Mas, infelizmente, estamos ainda muito distantes da forma ativista, militante, de lidar com o tema. Ainda hoje a principal fonte de informações e reflexões sobre estes assuntos para a maioria de nós é o Fantástico da TV Globo! Estamos demorando a entrar no assunto. Acredito que entre as razões para nosso afastamento é a aparente complicação que envolve estes temas. São discursos de difícil compreensão pelo uso exagerado da linguagem científica, de informações da biologia moderna a que poucos entre nós, negras e negros, tivemos acesso.

Há um excesso de desinformação produzida pela mídia, paradoxalmente, através do bombardeio que fazem sobre as maravilhas e promessas teoricamente associadas a estas técnicas. Nunca abordam as falhas, as impossi-

bilidades, os interesses, o sofrimento que produzem ou podem produzir. Interesses de lucros estratosféricos e de poder nas mãos de pequenos grupos; interesses de dominação; interesses de controlar processos vitais, substituindo as regras da natureza ou do sagrado, nunca aparecem associados ao desenvolvimento e uso da moderna biotecnologia. São interesses que já conhecemos e que já mostraram sua capacidade de dor e destruição. Racismo, sexismo, homofobia, intolerância religiosa e muito mais, que podem – e vão – ser potencializados pelas novas possibilidades tecnocientíficas.

Estas tecnologias estão nas mãos de poucos, num novo modelo de monopólio transversal, que busca controlar os códigos de informação em qualquer que seja sua plataforma: átomos da tabela periódica, genes, bits, etc, com vastas aplicações sobre as diferentes formas da existência. Impactando a natureza inteira, os seres vivos, os humanos. Este monopólio, amparado em patentes e códigos de propriedade intelectual, está nas mãos de poucos homens. Estes homens não são negros, nem indígenas. Não são pobres, nem vivem nos países do antes chamado de Terceiro Mundo. Estes homens sequer se interessam por nossa existência e estão a um passo de obterem novos poderes para eliminá-la. Como afirmou um cientista em 1994: "O que é necessário aqui não é genocídio, a matança de populações das culturas

incompetentes. Mas precisamos pensar realisticamente em eliminar estas pessoas. O progresso evolutivo significa a extinção dos menos competentes". (Richard Lynn, Universidade de Ulster, 1994).

É a expressão da ambição de um mundo para poucos e totalmente sob controle. É o reforço da eugenia, ciência da "melhoria" racial, que surgiu no século XIX, tomou vigor na Alemanha hitlerista e nunca desapareceu. É um mundo de consumo: "Nossa meta para os próximos trinta anos é ter um controle tão grande sobre a genética dos sistemas vivos que em vez de plantar uma árvore, cortá-la e fabricar uma mesa com ela, sejamos capazes de fazer com que a mesa cresça diretamente.". (Rodney Brooks, diretor da área de inteligência artificial do MIT- Instituto de Tecnologia de Massachussets).

Um exemplo da atualidade destes temas está na realização, no Brasil, de dois importantes eventos mundiais sobre biodiversidade: a COP 8 (Oitava Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, de 20 a 31 de março de 2006) e a MOP 3 (Terceira Reunião das Partes sobre o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, de 13 a 17 de março de 2006). Estes eventos são desdobramentos da ECO 92 (a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento) que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992. A ECO 92 projetou a ecologia como movimento social e teve

como resultado a Convenção sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil foi o primeiro signatário. Atualmente a Convenção sobre Biodiversidade reúne 188 países, que virão a Curitiba (Paraná) debater principalmente aspectos vinculados à regulamentação sobre o acesso dos países (de suas empresas) aos recursos genéticos da natureza, bem como o uso de novas tecnologias associadas.

Racismo, sexismo, homofobia, genocídio, eugenia não estarão na pauta de discussões. Mas estão – desde muito tempo – nas entrelinhas. Estão nos interesses de corporações e de governos. Podem estar nas suas conseqüências. Portanto, não se trata de inventar um novo discurso, uma nova ação, uma nova tendência no interior do movimento social para nos contrapor-mos ao que os novos cenários da tecnociência privatizada ao gosto das grandes corporações nos apontam. Trata-se, na pauta de ativistas e movimentos, especialmente aquelas e aqueles que lutam contra o racismo, o sexismo e pela justiça social, de ir mais fundo, de radicalizar nestes tempos radicais. De fazer o que nossas mais velhas e nossos mais velhos nos ensinaram que deve ser feito.

****Médica, doutoranda em Comunicação e Cultura na ECO/UFRJ, coordenadora de Criola.***



Movimento Passe Livre

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Transporte coletivo, gratuito e de qualidade também é interesse da população negra

Fundado há pouco mais de dois anos, o Movimento Passe Livre (MPL) amplia rapidamente seu raio de atuação no Brasil a despeito da repressão policial e das tentativas de desqualificação dos governos e da imprensa hegemônica. Nesta entrevista ao *Ìrohìn*, Paique e Rafael Moreira, estudantes e militantes negros do MPL do Distrito Federal, falam sobre a identidade do movimento, suas estratégias de luta e apresentam uma reflexão sobre as possibilidades de fortalecimento por meio da articulação com outros movimentos sociais.

Ìrohìn – O que é o Movimento Passe Livre?

PAIQUE – O MPL consiste na articulação de diversos setores na população para mobilizar a sociedade e pressionar o Estado a fim de inverter a lógica do transporte público. Sair de uma lógica mercantil e privativa (pela qual a população não tem poder de intervenção) e partir para uma outra de transporte popular, com a possibilidade democrática de definição dos trajetos das linhas, itinerários, horário, etc. São coisas aparentemente simples, mas que, se modificadas, farão toda a diferença. Atualmente quem decide sobre o transporte coletivo é o empresariado, a quem interessa o lucro e tem poder de barganha perante o Estado. Contudo, existe uma espécie de contradição nessa dinâmica: a captação dos recursos é segregadora e capitalista (os em-

presários concentram os recursos e a população ainda os paga pelo serviço), mas em situação de prejuízo se passa ao socialismo, com os usuários pagando para o transporte continuar. A proposta do MPL é sair da dinâmica do “paga quem usa” para a do “paga quem se beneficia”. O transporte deve ser pago por toda a sociedade, sem a mediação do empresariado. No que diz respeito à forma de organização



Rafael Moreira e Paique

política, o MPL surge a partir do anseio de parcela da juventude de não ser mais organizada dentro de órgãos institucionais, partidos ou organizações que normalmente a subordinam. O MPL está diretamente ligado a essa vontade de uma organização em que as pessoas do movimento possam decidir sobre ele. Assim como os usuários de transporte coletivo e a sociedade devem decidir sobre a organização do transporte, a idéia do MPL é a de que ele próprio se organize, sem a dependência de linha política externa.

Ìrohìn – Qual a trajetória do MPL no Brasil?

PAIQUE – O passe livre é o

ponto inicial para a discussão mais ampla sobre o transporte. Aí se insere a construção do MPL. Em primeiro lugar, o transporte público vive uma crise, fruto do desgaste de as pessoas ou pagarem muito caro por um transporte razoável, ou pagarem barato por um transporte muito precário, ou, como é o caso do Distrito Federal, paga-

camente para levar o trabalhador de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Com o acirramento desses conflitos, em 2003, em Salvador, o governo autorizou o aumento de vinte centavos nas tarifas e a juventude de periferia, principalmente, foi às ruas de maneira espontânea. Foram aproximadamente cinco semanas de luta



com a participação de 20 mil pessoas interrompendo simultaneamente o trânsito em diversas localizações da cidade. A pressão era muito forte, porém grupos políticos externos àquela movimentação – como UNE e UBES – fizeram um acordo com

o governo que não condizia com as demandas expressas nas ruas. Isso causou uma certa desmobilização do movimento. O fato de, naquele momento, a organização ser mais espontânea do que consolidada contribuiu para que essas figuras se autoprotelassem líderes e reclamassem autoridade por meio da história dessas organizações estudantis. Por outro lado, isso serviu de lição para não aceitarmos mais esse aparelhamento dos movimentos sociais e fazermos uma crítica à idéia de vanguarda. Pouco depois, o grupo de Florianópolis, que era do Juventude e Revolução do PT, saiu do partido por desacreditar nessa via de luta e criou o Comitê de Luta

rem muito caro por um transporte muito ruim. A indignação popular contra o transporte coletivo tem aumentado. Ao mesmo tempo, a discussão sobre o transporte sempre esteve dentro dos partidos políticos. Sempre existiram grupos para fazer mil propostas para a transformação do transporte, mas essas têm girado em falso. Acontece que o transporte, de fato, é uma pauta de muito peso, pois rege a organização da sociedade. Quase todo tipo de exclusão, em termos de categorias sociais, se dá por meio do transporte. A segregação racial e a socioeconômica se manifestam por meio do transporte. No DF isso é muito visível. O transporte coletivo funciona basi-

pelo Passe Livre. Quando houve o aumento da passagem naquela cidade, a organização do comitê conseguiu evitar que os representantes daquelas organizações aparelhassem as manifestações. O MPL percebe a importância de organizações populares e que essas não se proponham necessariamente a falar sobre toda a sociedade. Essas organizações precisam dar vazão às especificidades da população.

Ìrohìn – Quem compõe o MPL?

PAIQUE E RAFAEL MOREIRA – Quem faz o Movimento Passe Livre é a juventude, contando também com a participação de trabalhadores e desempregados. Indo mais adiante, dentro do MPL existe uma contradição que nós do DF tentamos enfrentar para não cair novamente em erro. Estou falando do debate sobre desigualdade racial, de gênero e socioeconômica. Grande parte das referências do movimento em todo o Brasil é branca e de classe média. Para além da presença de algumas referências negras dentro do MPL, se nós não pautarmos a organização das juventudes negra e periférica, corremos o risco de ser mais uma organização vanguardista. Ser formulada por um grupo de homens brancos e de classe média, que não vivencia o dia-a-dia da exploração, do racismo e do machismo. O desafio agora é a ampliação do movimento para que não se transforme em um movimento elitista, branco-racista. Há pouco tempo organizamos na Universidade de Brasília um seminário sobre transporte público e exclusão social. No debate se colocava que grande parte da juventude negra é pobre, mora na periferia e não tem dinheiro para andar de ônibus. Nesse sentido, as reivindicações pelo passe livre também devem ser compartilhadas com o Movimento Negro.

Ìrohìn – Como o MPL estabelece o diálogo com outros movimentos sociais?

PAIQUE E RAFAEL MOREIRA – Nossa identidade é de movimento social, horizontal, apartidário, em que não há a figura instituída do dirigente. A estratégia que encontra-

mos para garantir essa autonomia é o estabelecimento de parcerias com os movimentos sociais do DF, a exemplo do MST, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, rodoviários, portadores de necessidades especiais, etc. Com as entidades do movimento negro do DF, especificamente, não estabelecemos uma relação mais estreita muito por fragilidade nossa e também pela pouca participação de negros no MPL-DF.

Ìrohìn – Em que medida, a discussão racial já foi incorporada ao movimento?

PAIQUE E RAFAEL MOREIRA – Pelo fato de o MPL se organizar de forma horizontal, não é necessário que um diretor tenha de ser convencido da importância do movimento negro para que isso ganhe espaço. Mas é de se reconhecer que as discussões sobre relações ainda foram poucas e mais ligadas à Marcha Zumbi +10 e ao mês da consciência negra. É necessário convocar as organizações negras não apenas para compor o MPL-DF, mas os de todo o Brasil, para com profundidade e em coletividade pensar sobre racismo e transporte público.

Ìrohìn – E como o MPL se estrutura nacionalmente?

Paique e Rafael Moreira – O MPL se organiza a partir dos estados. Não existe um diretório central. Com isso, cada estado tem autonomia para desenvolver suas ações. Houve até agora três encontros nacionais: em Florianópolis, em 2004; em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial de 2005, quando foi lançado nacionalmente o Movimento Passe Livre; e em Campinas, em julho. Atualmente, existem cerca de dez estados envolvidos e mais algumas cidades onde o movimento está se estruturando, a exemplo de Belo Horizonte. Em termos de agenda comum, as mobilizações nacionais estão previstas para duas épocas. A primeira no fim de março e a outra em 26 de outubro, Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre.

Ìrohìn – Existe uma proposta única quanto à construção de uma política pública pelo Passe Livre?



Paique



Rafael Moreira

Fotos: Vilmar Carvalho

PAIQUE E RAFAEL MOREIRA – Existe um consenso prévio sobre algumas questões. A proposta que tem sido utilizada nacionalmente é a de que o passe livre deve ser subsidiado pelo Estado, em suas instâncias estaduais e municipais. Ainda que algumas pessoas não integrantes do movimento nacional proponham que o custeio do passe livre venha do lucro dos empresários, para o MPL, se os recursos vierem dos empresários, não avançaremos na construção de uma lógica em que inexistam o lucro de setores restritos. É consenso também que todos os estudantes sejam beneficiados pelo passe livre. Afora isso, no ano passado foi construído um projeto de iniciativa popular, que atualmente passa pelo processo de recolhimento de assinaturas.

ÏROHÏN – UMA VEZ QUE O DEBATE SE DÁ NOS NÍVEIS ESTADUAL E MUNICIPAL, COMO O GOVERNO TEM REAGIDO ÀS AÇÕES DO MPL?

PAIQUE E RAFAEL MOREIRA – Podemos falar a partir da experiência do MPL-DF. As tentativas de diálogo vêm desde o ano passado, mas a resposta do governo tem sido a violência. Recentemente, durante o último seminário, escrevemos uma carta com as reivindicações dos diversos grupos participantes e a entregamos ao governador Joaquim Roriz. Nessa tentativa de diálogo com o governo, nós fazemos pressão política, intervimos no funcionamento do transporte coletivo e pressionamos até o ponto de o debate ser aceito. Enquanto tentávamos estabelecer o diálogo, fizemos diversas mobilizações, tomamos bordoadas, fomos perseguidos não só durante as manifestações. Houve até mesmo uma manifestação na qual quinhentos participantes foram reprimidos violentamente por três mil policiais. Enquanto isso, o governo anunciava na imprensa que o movimento era feito por baderneiros. Nessa disputa por hegemonia, quando enfim nos sobrepomos a essa repressão, o governo do DF nos chamou ao suposto diálogo, oferecendo uma esmola, uma proposta de passe livre para o que chama de carentes. Diante da não-aceitação de uma proposta dessas, o governo lança a

idéia de que não nos interessamos pela negociação. Mas se formos observar os discursos, foi o governo que declarou, durante todo o tempo, não querer o diálogo. Primeiro optou por tratar o movimento como caso de segurança pública. Em seguida, admitiu que o movimento era democrático, mas não era possível diminuir a tarifa. Depois, disse que o movimento era democrático, mas só abriria o diálogo quando as manifestações fossem suspensas. Não sendo interrompidas as mobilizações, Paulo Fona, porta-voz do GDF, declarou sua preocupação com o MPL e informou a decisão de nos perseguir nos campos político, jurídico e policial. Ou seja, o governo se nega a discutir com o conjunto da população a questão do transporte público no DF. Essa situação se manifesta em quase todos os lugares onde o MPL se apresenta, a exemplo de Recife e Florianópolis. Tal perseguição é reconhecida até mesmo nos relatórios de direitos humanos.

**Jornalista, ativista do EnegreSer e mestranda em História.*





Os desafios da permanência

O texto da Convenção Internacional, de que o Brasil é signatário, não deixa dúvidas: as ações afirmativas têm que estar inseridas em um projeto de intervenção maior, que busque alcançar as causas estruturais das desigualdades. Se, no curto prazo, as cotas na universidade não alteram as condições de vida do conjunto da população negra, deveriam, ao menos, servir aos propósitos de construção de uma intelectualidade ciente de suas responsabilidades coletivas e, portanto, voltada para a luta contra o racismo e a superação das desigualdades raciais. Precisamos enfrentar esse debate e criticar as debilidades dos programas em andamento na universidade brasileira.

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

A recente implementação de ações afirmativas para o acesso de estudantes negros e negras no ensino superior tem um mérito que a justifica, a despeito de qualquer crítica que se venha a sustentar: inseriu definitivamente na agenda pública o debate sobre as relações raciais no Brasil. Resguardadas por uma legislação internacional de peso, recepcionada no Brasil pela Constituição de 1988, essas iniciativas dão o impulso final a um processo de demolição do mito da democracia racial que vinha, há muito, se desenhando em virtude de nossos esforços.

Toda essa turbulência especulativa que visa criar entraves na seara jurídica à materialização das cotas tem, nesse sentido, um caráter eminentemente político. A *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, firmada pelas Nações Unidas já no ano de 1965, é um dos principais instrumentos a ser citado como garantia à concretização de medidas desse porte. Prevendo expressamente a necessidade dos Estados Partes desenvolverem políticas inclusivas a fim de cessarem os efeitos da discriminação sobre os grupos vulneráveis, enquanto se fomentam as medidas necessárias à equalização das assimetrias raciais de maneira estrutural, a Convenção pode ser acessada como uma base legal indiscutível para se firmar a constitucionalidade das cotas, confor-



Estudantes negros pressionam por cotas na Universidade Federal do Espírito Santo

me podemos observar no Art. 1º, 4, do referido instrumento:

As medidas especiais adotadas com a finalidade única de assegurar convenientemente o progresso de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos da proteção eventualmente necessária para lhes garantir o gozo e o exercício dos direitos do homem e das liberdades fundamentais em condições de igualdade não se consideram medidas de discriminação racial, sob condição, todavia, de não terem como efeito a conservação de direitos diferenciados para grupos raciais diferentes e de não serem mantidas em vigor logo que sejam atingidos os objetivos que perseguir-

am.

Sem as armadilhas das interpretações mal intencionadas, o que está posto de maneira muito direta é uma previsão legal para a implementação de políticas de natureza afirmativa, dentro de parâmetros aparentemente muito difundidos dentro da militância negra, mas que merecem alguma problematização.

De algumas coisas já estamos cientes. Primeiro, de que as medidas inclusivas têm de estar inseridas em um projeto de intervenção maior, que vise sanar justamente as causas estruturais que incitam a necessidade da política preferencial. Em outras palavras, as cotas são um remédio

temporário para se evitar que os efeitos do racismo afetem o segmento negro no que tange ao acesso à universidade, enquanto se forjam instrumentos capazes de extinguir as práticas discriminatórias de base, no campo educacional, que tornam as medidas necessárias.

Em segundo lugar, longe de qualquer tipo de ilusão inconsequente, sabemos do alcance limitado desse tipo de instrumento. Afinal, o baixo nível de escolaridade observado por grande parte de nosso segmento e toda sorte de vulnerabilidades que impedem o acesso dos negros e negras aos bancos universitários, das condições financeiras às mutilações nas expectativas e potencialidades, dão o caráter restrito do universo em que

as políticas de ação afirmativa se projetam.

Tudo bem, esse tipo de elaboração pode parecer à primeira vista um bê-a-bá básico demais para atrair nossa atenção a essa altura do campeonato. Mas as coisas estão bem menos pacificadas do que se imagina, especialmente no que tange à avaliação das políticas em curso. De imediato, observamos que o peso de todos os melindres e resistências que cercam a implementação das políticas de ação afirmativa acaba por comprometer a vocação crítica aos modelos implementados. Situados naturalmente no lado da defesa desse tipo de medida, boa parte da militância

Foto: Vanderléia Klefer

negra parece enxergar os pontos sensíveis das experiências, mas evita tocar na ferida. É como se entoar críticas ao que vem ocorrendo dentro das Universidades fosse uma espécie de gol contra, bola fora imperdoável para os que pretendem sustentar publicamente a necessidade das demais instituições incluírem a população negra em suas fileiras.

Não estou me referindo, obviamente, às denúncias que congestionam as caixas de e-mails, nessa duvidosa militância cibernética, com toda sorte de denúncias de racismo entre os alunos e os professores dentro das instituições. Estou aqui tratando da resistência em enunciarmos em alto e bom tom toda a problemática que gira em torno da dificuldade dos estudantes negros cotistas se assumirem racialmente, da comunicação capenga que tem se estabelecido entre os alunos e alunas e os atores da militância em quase todas as universidades em que se desenvolvem programas de ação afirmativa.

Sinalizo para um discurso que tem pautado a necessidade de se construir as bases para a permanência dos estudantes negros e negras nas universidades exclusivamente pelo viés das debilidades materiais, desconsiderando os aspectos relativos a uma formação que comprometa, minimamente, esses alunos com a coletividade que sustenta o direito que exercem.

É justamente esse hiato, que tentamos jogar para debaixo do tapete de nossas avaliações mais abertas, que precisa ser suprido como um pressuposto fundamental para a garantia de uma política de cotas em sintonia com os princípios que a norteiam.

A grande armadilha, nos termos em que se desenha esse quadro, sinaliza para o fato de que levamos as cotas, mas perdemos o ponto central da fatura. Inegavelmente, a instalação do debate sobre o racismo em nível nacional e a inclusão efetiva de pessoas negras nas universidades são uma conquista para a população negra. Mas ao lado disso, há os reitores com pretensões políticas se valendo do estandarte da inclusão, professores com publicações e com a ponte aérea aberta para debates em todo o país e no mundo, além das pesquisas invasivas, contando agora com "cobaias" acessíveis à curiosidade



Manifestação pró-cotas na galeria da Câmara dos Deputados

Foto: Layce Tomaz/Arquivo Câmara

branca dentro do próprio campus... Dessa maneira, para além da conquista da existência das cotas em si, estamos compartilhando grande parte dos dividendos, sem tirar o proveito político que nos é mais caro dentro dessa conquista: a qualificação de pessoas negras que possam auxiliar no desmonte das assimetrias estruturais assentadas no racismo.

É por isso que não vejo como pacificado o entendimento acerca das ações afirmativas. Se está dado que se trata de medidas temporárias a serem adotadas enquanto se trabalha para a extinção dos efeitos das relações de opressão, é claro que temos de suscitar um debate além das cotas, mas sem esquecer delas próprias como um instrumento nessa empreitada.

A formação de pessoas negras

desvinculadas de qualquer sentido de pertencimento racial é o grande tiro no pé que começa a apontar no horizonte. Se essas políticas não transformam as condições de vida da grande massa negra no Brasil, elas devem, ao menos, servir aos propósitos de construção de uma intelectualidade que possa ser movimentar para fomentar as bases dessa mudança de rumos mais generalizada. É essa porção mais latente de todo esse projeto que está nos escapando pelas mãos ao não enfrentarmos abertamente as debilidades das políticas afirmativas no interior das universidades.

Assim, ao lado de um discurso que acentua a necessidade da implementação das cotas nas instituições de ensino superior, há que se ter uma atenção mais ostensiva das experiências em curso e uma inter-



A mesa da Câmara, presidida por Aldo Rebelo, segura a votação do projeto de cotas nas universidades federais

Foto: Layce Tomaz/Arquivo Câmara

venção mais agressiva quanto aos rumos dessa construção. Não podemos mais lamentar em segredo a falta de interesse dos estudantes em se engajarem nos processos de resistência negra, temos é que adensar o debate e construir alternativas para trazê-los para perto, inclusive para que os novos processos já possam começar a partir desse tipo de amadurecimento. Nesse sentido, a pauta permanência deve sair da retórica superficial e ser encarada como o nó estratégico desse empreendimento. A idéia é darmos visibilidade à desmobilização dos cotistas dentro do espaço acadêmico, pressionando as portas das universidades, para que possamos dar uma contribuição decisiva e na primeira pessoa aos projetos implementados.

Em outras palavras, a permanência não pode ser reclamada somente como uma medida institucional em atendimento às nossas demandas. Ou tomamos parte efetiva nesse processo, influenciando os estudantes no espaço universitário, ou as cotas perdem muito de seu potencial no auxílio ao desmonte das relações racistas nesse país. Não há meio termo. Por certo, não se trata de um devaneio juvenil de uma articulação consolidada, em que todos os estudantes assumem a militância negra para suas vidas. Estamos falando apenas da necessidade de influenciarmos efetivamente na formação dessas pessoas, no sentido de fazê-las cientes de suas responsabilidades em termos coletivos.

Desta feita, apesar de todas as dificuldades impostas, não parece haver outra saída além de abandonarmos a posição simplesmente defensiva desse tipo de proposta, passando a uma ação mais agressiva quanto à sua estruturação. O consenso em relação às cotas deve alcançar esse novo patamar, desde uma perspectiva que não transige em enunciar sua importância, mas aponta as debilidades da política, a fim de tirar todo o proveito que nos é devido. Em suma, é preciso deixar claro que não estamos dispostos a ceder qualquer quinhão dessa fatura para as mãos brancas que, historicamente, insistem em se apropriar do produto de nossos esforços.

***Advogada, mestrande em Direito e ativista do EnegraSer/UnB**



E lá dentro, o que fazer?

Assegurar a presença de negros na universidade significa a responsabilidade de formar sujeitos, encorajando-os a desenvolver um pensamento crítico próprio.

Elisa Larkin Nascimento*

Como resultado de décadas de luta do Movimento Negro organizado, estamos assistindo a um processo cada vez mais acelerado de conquistas com relação à inclusão dos afro-descendentes no sistema educativo. A questão das cotas ganha relevo num debate amplo que evidencia os contornos do racismo cordial: o respectivo projeto no Congresso, apesar de aprovado em três comissões, volta ao plenário da Câmara antes de seguir para o Senado, quando a praxe é o envio direto para o Senado de projetos sujeitos à apreciação conclusiva das Comissões.

Seja qual for o resultado da atual negociação sobre a proposta de lei, é positivo o balanço de resultados do movimento social afro-brasileiro na área da educação. Precisam ser aperfeiçoados e consolidados os diversos sistemas de cotas implantados em mais de quinze universidades públicas, bem como outras formas de ação afirmativa como a concessão de bolsas a alunos provindos dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes. Espera ser implementada a Lei 10.639 de 2003, que assegura a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo do ensino básico e secundário. Mas não cabe dúvida: houve uma mudança significativa, operada pela força independente dos agentes sociais afro-brasileiros organizados, que vêm demonstrando competência e consistência no seu objetivo desde quando, em 1983, o deputado Abdias Nascimento apresentou o primeiro projeto de lei propondo estas e outras políticas. Aliás, já em 1946 a Convenção Nacional do Negro fez chegar à Assembléia Constituinte sua proposta antidiscriminatória com me-

Minhocão/UnB - Foto: Edmundo Cirilo dos Santos



didadas positivas.

Essa vitória traz consigo enormes tarefas e responsabilidades. Precisamos atender à demanda de capacitação de escolas e professores, bem como de preparação e publicação de material didático e párrafos apropriado, para colocar em prática as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de acordo com resolução e parecer do Conselho Nacional de Educação de 2004.

Para isso precisamos do embasamento conceitual de um pensamento negro para definir os conteúdos a ser trabalhados, sem o qual será difícil evitar a repetição das distorções que já existem e circulam, reforçando estereótipos e reproduzindo os prejuízos já sofridos pela população negra. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Ministério Público está exigindo das secretarias de educação locais a comprovação do cumprimento da lei. O que

se apresenta, infelizmente, às vezes contradiz o espírito da lei a ser cumprida.

Na universidade, abrir vagas para alunos afro-descendentes implica muito mais do que criar oportunidades para melhor colocação no mercado de trabalho. Implica pensar paradigmas e abordagens, contemplar a universidade enquanto lugar de produção do conhecimento. Pouco valeria mudar a face do corpo discente e docente para repetir as mesmas distorções - conceituais e dos fatos - que ao longo de tanto tempo vêm alimentando preconceitos e que hoje confirmam e reforçam a resistência de alguns setores às políticas afirmativas.

Fundamental a esse processo é a necessidade de o negro constar como sujeito de sua própria história e da construção do conhecimento. A abordagem que ainda prevalece o trata como objeto de pesquisas e de discursos elaborados a seu respeito sem a sua participação.

Houve cientista social que exclamasse, quando os atores do movimento negro protestaram contra esse tipo de procedimento, "Duvido que haja biólogo que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório."¹

É uma raridade a afirmação tão explícita dessa atitude, mas ela permanece na academia. Assegurar a presença de alunos afro-descendentes na universidade significa, a meu ver, a responsabilidade de formar sujeitos, encorajando-os a desenvolver um pensamento crítico próprio. Trata-se do primeiro passo para uma abordagem afro-centrada, que toma como ponto de partida e eixo central o imperativo de reconhecer no afro-descendente não apenas a sua cultura e identidade, mas a sua condição de agente ativo de sua história e da produção do conhecimento.

Como veículo dessa agenda histórica afro-descendente, o **TRohiN** me parece um espaço privilegiado para abordar, em outras oportunidades, as bases e os princípios da afro-centricidade, que vai ganhar em breve uma antologia básica pela Summus/ Selo Negro.

***Doutora em Psicologia, diretora do Ipeafro - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros.**

¹ L. A. da Costa Pinto, *O jornal, Rio de Janeiro, 10. jul. 1954, p. 2. Para contextualização e detalhes, ver Nascimento, Elisa Larkin, O sortilégio da cor (Summus/ Selo Negro, 2003), p. 274.*



Eleições inauguram novo capítulo no futuro do Haiti

Praticamente dois anos após os violentos acontecimentos que resultaram na renúncia do Presidente Jean Bertrand Aristide, em fevereiro de 2004, o governo interino do Haiti realizou, com o apoio da comunidade internacional, o primeiro turno das tão esperadas eleições presidenciais e legislativas.

*Pierre Esperance**

O Haiti tem um histórico de eleições problemáticas. A eleição do Presidente Jean Bertrand Aristide em 1990 constituiu a primeira eleição democrática do país e a transição do governo de Aristide para o de René Preval, democraticamente eleito em 1995, representou a primeira transferência democrática de poder. As eleições de maio e novembro de 2000 foram marcadas por controvérsias e tornaram-se a origem da crise política que desde então tem desestabilizado o país. Jean Bertrand Aristide foi reeleito na eleição de novembro de 2000 com mais de 80% dos votos de um eleitorado correspondente a aproximadamente 10% da população.

Apesar dos fatos anteriores, em 7 de fevereiro de 2006 o povo compareceu maciçamente para eleger um presidente de forma democrática – sem violência e sem derramamento de sangue. Embora muitas irregularidades tenham sido relatadas, as eleições foram consideradas livres e justas. Este é um dia que deve ser lembrado com orgulho pelos haitianos em todos os lugares. Com ou sem segundo turno, o ex-presidente René Préval era a escolha óbvia do povo.

Seguindo em frente a partir das eleições

Os próximos anos serão críticos para o país. O novo governo está diante de muitos desafios. O fracasso em responder adequadamente e apropriadamente a esses desafios significará mais cinco anos de miséria, instabilidade, violência e total desprezo pelos direitos humanos. A lista de questões a se-



Disposição para mudar: haitianos compareceram maciçamente às urnas

rem analisadas é considerável – cada item, interconectado, e, cada um, uma prioridade. As questões incluirão: a eliminação da corrupção e da impunidade por meio de uma reforma completa do Poder Judiciário haitiano; a profissionalização das instituições do Estado, particularmente da Polícia Nacional Haitiana; a promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, como os relacionados a necessidades habitacionais, segurança alimentar, educação, emprego e assistência médica; e a redução da pobreza, assim como do nível de insegurança e de violência.

O papel da comunidade internacional

A dependência do Haiti em relação à comunidade internacional ao longo dos últimos dois anos tem

sido evidente, uma vez que o país tenta recomeçar. Esse apoio e colaboração deverão continuar nos meses que virão para que o Haiti possa fazer mudanças sérias e duradouras. O apoio de países amigos será crucial para o Haiti, não apenas em termos financeiros, mas também em termos técnicos.

Desde junho de 2004, o país tem abrigado uma Missão das Nações Unidas – a MINUSTAH. Se, por um lado, a presença da missão tem oferecido certo grau de estabilidade, por outro, a avaliação geral da MINUSTAH não tem sido favorável. Com mais de sete mil soldados e um grande contingente internacional de policiais e pessoal civil, a missão tem, até agora, causado certa frustração nos haitianos, particularmente no que diz respeito à segurança. Ondas de insegurança têm espalhado-se pelo país, apesar da presença das Nações Unidas. Em setembro de 2004, partidários do

ex-presidente Aristide lançaram a “Operação Bagdá”, promovendo terror, destruição e morte. O número de seqüestros subiu rapidamente em maio e junho de 2005 e, novamente, em dezembro. Com uma média de vinte seqüestros ao dia, o Haiti substituiu a Colômbia como o país com mais seqüestros na região; apesar da presença da ONU.

Surgiram relatos de seqüestros ocorridos na presença de tropas da MINUSTAH, sendo que, em várias ocasiões, o pagamento de resgates e/ou libertação de reféns acontece em locais onde as tropas da ONU estão assentadas. Existem evidências de que alguns membros da missão da ONU estão trabalhando em cumplicidade com os criminosos. Há, também, relatos de casos de estupro de mulheres por soldados da ONU.

Apesar de um mandato que enfatiza a desmobilização, o desarmamento e a reinserção, poucos foram os esforços envidados ou resultados produzidos. Hoje, estima-se que mais de 210 mil armas circulem no país. O mandato da MINUSTAH inclui, ainda, apoio e reforço das organizações locais, especificamente as de direitos humanos. No entanto, a MINUSTAH praticamente não mantém relacionamento com ONGs haitianas e/ou grupos da sociedade civil, e, apesar da seção especial de Direitos Humanos dentro da MINUSTAH, organizações locais de direitos humanos como a RNDDH (a mais ativa organização de direitos humanos do país) não têm clareza quanto ao que exatamente tem sido feito pela ONU em termos de defesa, proteção e promoção de tais direitos.

A estrada à frente

René Preval já foi presidente uma vez, e, se os cinco anos de seu governo foram de relativa paz, foram também cinco anos caracterizados por sérios conflitos entre o parlamento e o executivo. Alguns avanços sociais foram feitos com a construção de estradas e várias escolas de ensino fundamental, mas um desenvolvimento duradouro por meio de reformas e mudanças sistemáticas não foi implementado. Isso não significa dizer que os próximos cinco anos não serão diferentes.

Já é tempo de que mudanças significativas e duradouras sejam finalmente cultivadas no Haiti. Vamos torcer para que 2006 seja o início dessa mudança.

**Pierre Espérance é diretor executivo da Réseau National de Defense des Droits Humains (Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos). A RNDDH é uma organização não governamental haitiana, sem fins lucrativos, que busca promover e defender os direitos do povo haitiano. A tradução do texto que Pierre Espérance enviou ao Irohìn é de Renata da Silva Nóbrega, com revisão de Catarina Araújo.*

Fotos: Marcello Casal



A luta contra a fome

16 HAITI

O fotógrafo Marcello Casal e o repórter Aloísio Milani, da Radiobrás, estiveram no Haiti durante as eleições. Acompanharam a preparação do pleito e a votação. "É um país muito rico de imagens, seja de degradação humana, seja de alegria e resistência. Os haitianos formam um povo forte que, apesar de tudo, vive em clima de esperança", conta Casal, que esteve no Haiti por duas vezes. Na Radiobrás desde 1992, ele também já trabalhou na revista Época. Carioca, ele mora em Brasília desde 1990 e tem 33 anos (Juliana Nunes).

Na parte baixa da capital Porto Príncipe, mulheres com vestidos velhos esparramam sobre os lençóis porções de uma massa marrom. Com a colher, um movimento do punho ajuda a modelar um biscoito rústico como uma pequena torta – chamada de tê na língua creoule. É feito de terra, água, sal e um pouco de manteiga. Comida vendida por quatro gourdes haitianos (US\$ 0,02) a pessoas mais pobres, que, muitas vezes, não têm opção para comer.

O professor Lamarre Germain, de 50 anos, mora em Fort Dimanche (bairro pobre do Haiti, onde são feitos os biscoitos) e, falando em inglês, se apresenta como guia a quem quiser conhecer o tê. Ele explica que as cozinheiras dos biscoitos não são as pessoas que os comem, mas as que vendem o produto a preços acessíveis nos mercados informais dos bairros mais pobres. "A elite do país pensa que isso é lama, mas existem pessoas que comem isso", diz, ao enfatizar que nunca ingeriu o alimento.

A terra para o tê vem de Hinche, região próxima à capital haitiana. Depois de peneirada, cai em baldes de água para amolecer. Com sal e uma pitada de manteiga, a mistura se transforma em uma massa marrom brilhante, cuja consistência é a mesma de argila para modelar vasos ornamentais. Em grandes lençóis, os biscoitos são divididos e ficam ao sol até secarem. Tudo, depois, segue para os mercados das favelas da região.

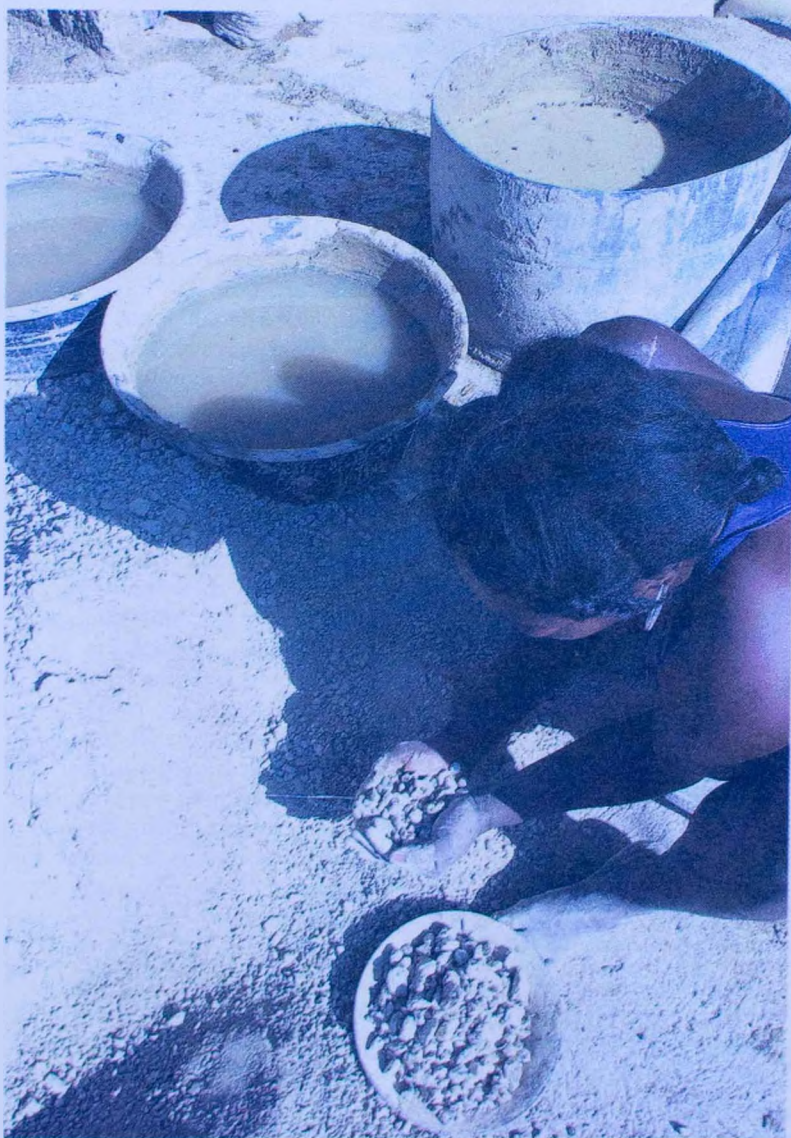
Aloísio Milani



Fotos: Marcello Casal



Fotos: Marcello Casal





Lula na África: um balanço

O presidente Lula visitou dezessete países africanos, mas não conseguiu, apesar de alguns avanços, uma ruptura significativa com a política para o continente desenvolvida por governos anteriores.

Renata da Silva Nóbrega*

Em fevereiro, Lula realizou sua quinta viagem ao continente africano, talvez a última de seu mandato (o Itamaraty ainda não confirmou a visita a países da África Oriental). Dessa vez, foram visitados Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul, países saudados pelo governo brasileiro como exemplos de democracias estáveis na região. Na Argélia, segundo parceiro comercial do Brasil na África, o foco da visita foi a ampliação das trocas comerciais com este país exportador de petróleo. No Benin, país com descendentes de ex-escravos que viveram no Brasil, Lula anunciou a abertura de uma embaixada brasileira e um acordo de cooperação para o combate da malária. Em Botsuana, Lula realizou a primeira visita oficial de um presidente. Lá foram firmados acordos de cooperação esportiva e de combate e controle ao HIV. Na África do Sul, Lula participou da Cúpula da Governança Progressista, que reúne líderes de centro-esquerda de quatorze países, e trouxe para discussão os subsídios agrícolas e a liberalização do mercado internacional.

No Programa de Governo divulgado em 2002, o PT defendeu uma política externa voltada para integração regional e negociação global, como um meio de construir um "projeto de desenvolvimento nacional alternativo" que superasse a vulnerabilidade financeira e garantisse a presença soberana do Brasil no cenário internacional. A aproximação com países em desenvolvimento seria um dos eixos dessa nova política externa, que se pautou pela busca de apoio à pro-



Presidente Lula recebe os cumprimentos do presidente do Benin, Mathieu Kerekon (Cotonou, 10/02/2006).

posta de reforma do Conselho de Segurança da ONU - na qual o Brasil teria assento permanente - e pela promoção do comércio justo, combatendo subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e garan-

tindo acesso dos produtos dos países em desenvolvimento no mercado internacional. Como o segundo país com maior população negra no mundo, o Brasil se voltaria para África, "explorando os laços

étnicos e culturais existentes e construindo relações econômicas e comerciais". Seria formulada uma "nova política para o continente", priorizando a aproximação com a África do Sul e os países africanos de língua portuguesa. Em entrevista em 2003, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que essas viagens não teriam resultados imediatos e que seriam o sinal de reconhecimento da dívida histórica do Brasil com os países africanos. O objetivo central seria estabelecer canais de cooperação direta com esses países.

Eleito, Lula visitou dezessete países africanos, alguns mais de uma vez, como São Tomé e Príncipe e África do Sul. Como saldo dessas visitas, nove embaixadas foram reabertas, ampliando a representação diplomática brasileira na África. Foi implantado um programa de bolsas de graduação para estudantes africanos em intercâmbio nas universidades federais brasileiras (PROMISAES). Em Cabo Verde, o Brasil está colaborando na criação da primeira universidade pública do país. Camarões e Nigéria comprometeram-se a colaborar na implantação da lei 10.639 - que institui o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras - enviando professores para o Brasil. Na área de saúde, o destaque é para programas de combate à malária e de prevenção e controle do HIV/AIDS. A abertura de um escritório da Embrapa em Moçambique foi anunciada para julho de 2005, mas ainda não se concretizou. Há pesquisadores da Embrapa em países africanos de língua portuguesa, prestando assessoria em diferentes

Países visitados:

- **Novembro de 2003:** São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul
- **Dezembro de 2003:** Egito e Líbia (escalas da visita de Lula a países árabes)
- **Julho de 2004:** São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde
- **Abril de 2005:** Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal
- **Fevereiro de 2006:** Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul

Informações

Site do Ministério das Relações Exteriores: www.mre.gov.br
 Programa de Governo - 2002 - PT: www.pt.org.br
 RELNET: www.relnet.com.br

projetos agropecuários. Numa parceria com Senegal, o Brasil deve colaborar no controle biológico dos gafanhotos, além de promover a agricultura familiar em bases sustentáveis. Com Moçambique, o Brasil assinou um acordo que prevê parcerias na promoção da igualdade racial e no combate à discriminação e que passou despercebido pela imprensa.

Ainda que em seus discursos Lula destacasse que o objetivo principal de suas visitas era a consolidação dos laços históricos e culturais com o continente africano, na cobertura da mídia essas viagens eram descritas como "uma grande

oportunidade de negócios". Nas notas do Itamaraty a respeito das viagens, alguns países são descritos a partir de seus recursos naturais. Assim ficamos sabendo que Gana tem reservas de ouro, diamante, manganês e bauxita e que Camarões é um país dotado de reservas significativas de petróleo, madeiras tropicais, bauxita, minério de ferro, etc., além de ser detentor de grande potencial hidrelétrico¹. Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Odebrecht, Camargo Córrea, dentre outras, são empresas que têm grande interesse na exploração de petróleo e de minas de carvão em países africanos. A tomar

pela atuação dessas empresas no Brasil, podemos imaginar qual é o modelo de "desenvolvimento" que o Brasil está promovendo nesses países.

Os avanços em acordos de cooperação técnica - que exigem acompanhamento público de sua execução - não são suficientes para promover uma nova "prática política do Brasil em relação à África". Para o pesquisador Wolfgang Döpcke², mais do que vínculos especiais ou uma agenda progressista, a aproximação do Brasil com países africanos é guiada por estratégias econômicas de inserção global que não representam uma rup-

tura significativa com a política para o continente nos governos anteriores. É uma agenda muito restrita, "que distancia mais que aproxima o continente africano do Brasil".

***Graduada em Relações Internacionais e mestranda em Sociologia (Unicamp).**

¹ Para conhecer um pouco da atuação de empresas brasileiras na construção de hidrelétricas na África, ler artigo de Telma Monteiro, nesta mesma edição.

² Em artigo disponível para consulta na página: www.relnet.com.br:

'Lula na África: a política africana e a cooperação sul-sul'.



Hidrelétricas: na África como no Brasil

A sedução do crescimento econômico acelerado, em alguns países da África, pode destruir todo um patrimônio de riquezas naturais, como está acontecendo em Angola, país de língua portuguesa, recém-saído de uma guerra civil que durou dezoito anos.

*Telma Delgado Monteiro**

Em junho de 2006, deverá entrar em operação a Hidrelétrica de Capanda, no principal rio de Angola, o Kwanza. A formação do reservatório está engolindo 164 quilômetros quadrados de florestas nativas e vai afetar a área de 152 570 quilômetros quadrados da bacia hidrográfica do Kwanza, a mais extensa de Angola e com uma das maiores biodiversidades do planeta.

Os autores dessa façanha? Furnas Centrais Elétricas, Construtora Norberto Odebrecht e BNDES. Sim, o mesmo trio que quer construir outra megaobra no rio Madeira, no Brasil.

O custo previsto de Capanda é de 2 bilhões e 600 milhões de dólares, dos quais o BNDES já colocou 1 bilhão e 130 milhões de dólares. A demanda reprimida de energia elétrica em Angola é de 330 MW. A potência instalada de Capanda será de 520 MW, e há projetos e estudos técnicos de outros sete aproveitamentos hidre-

létricos ao longo do rio Kwanza, que vão gerar mais 2 100 MW.

Por outro lado, apenas 15% da população de Angola têm água potável canalizada. A capital, Luanda, não tem coleta de lixo e o saneamento básico praticamente não existe. Como no Brasil, privilegiam-se grandes obras (muitas vezes desnecessárias) sem avaliação prévia do que a sociedade realmente precisa para se promover um crescimento de modo sustentável.

Atualmente, Luanda é palco de um desenvolvimento anacrônico em que são construídos grandes edifícios e condomínios de luxo, com mão-de-obra da China, para abrigar altos funcionários e burocratas das empresas que vão explorar energia e telecomunicações. Enquanto isso, aumentam a miséria urbana e as doenças infecto-contagiosas disseminadas pelo ataque indiscriminado aos recursos naturais.

Para construir Capanda, foi preciso destruir obstáculos naturais praticamente intransponíveis, derubar centenas de Baobás (árvores gigantes e Patrimônio da Humanidade) e florestas inteiras, deslocar pequenas comunidades isoladas sem indenizá-las, canalizar e mudar cursos d'água causando a destruição do habitat e a extinção de peixes nativos. Tudo isso sem estudos ambientais compatíveis, sem discussão com a sociedade, sem medidas mitigadoras e sem critérios de remanejamento das comunidades tradicionais inseridas nas áreas de influência do empreendimento.

Esse cenário demonstra a dimensão do que se passa em Angola, patrocinado por empresas brasileiras estatais e privadas.

Um exemplo da forma como os impactos são tratados pelos empreendedores sem compromisso com critérios de responsabilidade sócio-ambiental: uma moradora deslocada

da área impactada da Hidrelétrica de Capanda afirmou em depoimento que na nova moradia a água das enchentes só chega até a cozinha e não atinge mais as camas.

O caso de Capanda demonstra que se o olhar da sociedade sobre a ação das companhias transnacionais já se estende além das fronteiras continentais, é urgente a criação de instâncias internacionais fiscalizadoras que possam garantir o atendimento a princípios de sustentabilidade social e ambiental.

***Escritora, pedagoga e pesquisadora, diretora da ATLA - Associação Terra Laranjeiras, Juquitiba -SP, integrante do GT Energia - FBOMS e do Grupo de Resistência às Hidrelétricas do Madeira e do rio Machado.**

Diène sugere comissão de verdade e reconciliação como base de programa nacional de combate ao racismo e superação das desigualdades raciais

O relator especial da ONU sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, Doudou Diène, visitou o Brasil entre 17 e 26 de outubro de 2005 (Irohìn, nº 12). Ele viajou a Brasília, Salvador, Recife, Pesqueira, Rio de Janeiro e São Paulo e avaliou os fatores de discriminação que afetam a população afro-descendente, povos indígenas e estrangeiros, incluindo trabalhadores migrantes, refugiados e pessoas em busca de asilo. A seguir transcrevemos as conclusões e os encaminhamentos sugeridos pelo relator especial das Nações Unidas. A tradução é de Catarina da Mota Brandão de Araújo. Há dez anos, um outro relatório sobre o Brasil foi feito por outro enviado especial das Nações Unidas, Maurice G. Ahanhanzo (Irohìn, nº1, mai./abr./jun. de 1996). Em 1996, como agora, o que se seguiu foi um enorme silêncio. O relatório de Diène foi noticiado, em páginas escondidas, apenas por "O Estado de S. Paulo". Ilustramos os fragmentos do relatório de Doudou Diène com alguns selos das Nações Unidas relacionados a campanhas contra o racismo e a discriminação racial.

ANÁLISE E CONCLUSÕES DO RELATOR ESPECIAL

01. Após ter reunido e analisado as visões e informações de todas as partes envolvidas, o Relator Especial chegou à conclusão de que o racismo e a discriminação racial são realidades profundas no Brasil. O embasamento do sistema escravista em pilares intelectuais e ideológicos racistas, descrevendo os africanos escravizados como culturalmente e mentalmente inferiores com o fim de legitimar o seu status de bem econômico (conforme definido pelos "códigos negros") e a organização legal da escravidão pelos poderes europeus têm exercido profundo impacto nas mentalidades e nas estruturas sociais de todos os países do hemisfério, incluindo o Brasil, que recebeu 40 por cento dos africanos escravizados.

02. O Relator Especial percebeu que as manifestações do legado histórico do racismo e da discriminação racial ainda predominam por toda a sociedade. A manifestação mais nítida é a quase identificação da marginalização social, econômica e política com o mapa das comunidades discriminadas de índios e afro-descendentes. Isso demonstra a persistência de racismo e discriminação social estrutural e sistêmica. Viajar pelo Brasil é como mover-se simultaneamente entre dois diferentes planetas, o da alegre mistura de raças das ruas e aquele dos quase exclusivamente brancos corredores do poder político, social, econômico e midiático.

03. O Relator Especial notou a quase completa ausência de representação de negros e índios nas instituições estatais. No estado da Bahia, por exemplo, os afro-brasileiros constituem a maioria da população e sua vitalidade cultural e religiosa ilustra a identidade brasileira, a qual é orgulhosamente exibida nacional e internacionalmente, embora eles não sejam visíveis nos níveis mais altos do poder municipal e estadual. Isso é impressionante. O estado da Bahia confirma o fato de que, em uma situação de profunda discriminação sistêmica, a promoção cul-



Doudou Diène

tural não resulta necessariamente em participação política. Ao contrário, a promoção cultural é, na verdade, usada como um disfarce, uma máscara atrás da qual estão escondidas a discriminação e a exclusão sofridas de facto por essas comunidades no plano social, econômico e político.

04. O racismo e a discriminação racial são mais profundamente culturais e de natureza histórica, tocando na questão central da identidade nacional. O Relator Especial registrou, com preocupação, a ausência de um memorial nacional da escravidão, o que aparece como uma negação do lugar da escravidão na memória nacional do país. No mesmo espírito, a superexploração da herança e da cultura indígenas e afro-brasileiras para o turismo, sem significativos benefícios sociais e econômicos, é uma fonte de profunda frustração e alienação para suas comunidades. Mais recentemente, as suas tradições espirituais e religiosas têm sido ameaçadas pelo proselitismo sem controle de alguns poderosos grupos evangélicos. O processo de profunda destruição das culturas dos povos indígenas pode ser verificado no lento desaparecimento de suas línguas.

05. O Relator Especial observa, com satisfação, o reconhecimento por parte do Governo Federal de quão profundamente enraizado é o racismo no Brasil e de seus efeitos na estrutura de toda a sociedade desde o seu início. Ele também registra que uma promissora estrutura legislativa, incluindo programas, mecanismos e instituições, tem sido implementada para combater o racismo e a discriminação racial. Entretanto, ele nota, com preocupação, a resistência às políticas do Governo Federal dentro da sociedade, dentro dos governos e do judiciário no âmbito estadual, onde a ideologia de democracia racial ainda determina as percepções e políticas.

06. Da mesma forma, reconhecendo a determinação do Governo de erradicar todas as formas, manifestações e expressões de racismo e discriminação racial, e com o intento de fortalecer sua vontade política e de ajudar a expandir suas promissoras políticas, o Relator Es-



pecial submete ao Governo, na seção seguinte, um conjunto de recomendações relativas à sua estratégia legal e política, acrescentando, também, a necessidade de uma estratégia intelectual, cultural e ética no sentido de erradicar as mais profundas raízes e manifestações de racismo e discriminação racial, as quais têm comprometido o futuro político, humano, social e econômico do Brasil.

V. RECOMENDAÇÕES

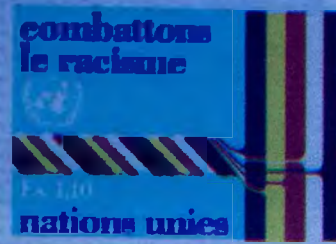
07. Muito depende do sucesso ou fracasso do Governo do Brasil em erradicar o racismo e a discriminação racial, não apenas em termos de fortalecimento da democracia e da harmonia social e interétnica no Brasil, mas também para todos os países da região sul-americana com similares legados históricos de racismo e desigualdades raciais. Não reconhecidos pela maioria desses governos, o racismo e a discriminação racial ainda prevalecem em diferentes graus e estão profundamente enraizados em suas sociedades.

08. Dado o enraizamento histórico, social e cultural do racismo e da discriminação racial, esforços para combater e erradicar suas raízes, manifestações e expressões devem ser empreendidos em um processo de catarse nacional em duas fases chaves:

(a) A implementação, como forma de catarse nacional e coletiva, de uma comissão nacional de verdade e reconciliação sobre racismo e discriminação racial com poderes para avaliar as manifestações, expressões e conseqüências do racismo e da discriminação racial na sociedade brasileira. Esta comissão deveria ser composta por representantes de todas as comunidades e partidos políticos e por membros eminentes da sociedade civil engajados na promoção dos direitos humanos e da igualdade racial. Os eventos da comissão deveriam ser amplamente publicados para permitir que os membros da sociedade brasileira fossem coletivamente informados do alcance e das manifestações do racismo;

(b) O Governo deveria traduzir as conclusões e recomendações da comissão em um abrangente programa nacional para a erradicação do racismo e a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira, com base na Declaração e Programa de Ação de Durban. Esse programa nacional, integrando a Política Nacional para a Promoção da Igualdade Racial, deveria ser ajustado para atingir todas as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade, e as esferas nacional, regional e local do país. Ele deveria incluir as melhores formas e meios de ampliar o programa de ação afirmativa em todos os níveis da sociedade. O Congresso Nacional deveria ser convidado pelo Governo a debater e aprovar o programa final, alocando os devidos recursos para a sua implementação.

09. A Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial, cuja criação é um passo positivo, deveria ser fortalecida na forma de um departamento federal pleno no centro do Governo Federal, com escritórios em todas as regiões, encarregada de coordenar o programa nacional com os necessários recursos e autoridade em todos os departamentos do governo. Todos os ministérios deveriam, portanto, estar envolvidos nesse esforço e fazer da luta contra a discriminação racial parte de suas políticas.



10. Uma comissão nacional para a igualdade e os direitos humanos deveria ser criada, em conformidade com os Princípios relativos ao status das instituições nacionais para a promoção e proteção dos direitos humanos (Princípios de Paris) (Resolução 48/134 da Assembléia Geral, anexo).

Dada a inter-relação entre todas as formas de discriminação, e para fins de eficiência e empoderamento, o mandato desta comissão deveria examinar de uma forma holística os setores mais conectados e importantes da discriminação contemporânea, nomeadamente: raça, cor, gênero, ascendência, nacionalidade, origem étnica, deficiência, idade, religião e orientação sexual.

11. A prevenção e repressão da violência contra os índios e os afro-brasileiros, particularmente os assassinatos, deveriam ser uma prioridade do Governo e tratados como matéria de urgência. Medidas apropriadas deveriam ser tomadas para punir de forma exemplar policiais e outros responsáveis por ataques e assassinatos de afro-brasileiros e índios.

12. Uma unidade especializada de polícia deveria ser implementada para a proteção de grupos vulneráveis, tais como as comunidades indígenas, os negros, as comunidades quilombolas e os terreiros, seguindo o exemplo da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo.

13. Com relação ao judiciário, deveria ser adotado o seguinte:

(a) O Ministério da Justiça deveria criar ramos especializados em racismo e discriminação racial dentro dos tribunais e das procuradorias para ampliar o grau de implementação por juízes e promotores da legislação anti-racismo existente. As procuradorias especializadas dentro do Grupo de Trabalho sobre racismo na Advocacia do Estado de Pernambuco seriam um exemplo positivo a seguir;

(b) Treinamento regular de juízes e promotores nessa matéria deveria ser realizado;

(c) Um sistema de controle deveria ser estabelecido no judiciário para monitorar o julgamento de violência racialmente motivada e crimes contra esses grupos.

14. O Ministério Público deveria receber poderes de investigação. Atualmente, apenas a polícia conduz investigações e os promotores não têm quase nenhuma influência na qualificação dos fatos submetidos a ela. Este sistema não é apropriado em uma conjuntura na qual policiais estão envolvidos em tais crimes.

15. O Governo deveria iniciar urgentemente o treinamento de professores com o fim de implementar a lei sobre o ensino de história africana nas escolas. Professores de todas as disciplinas deveriam receber esse treinamento. As histórias regionais da África descritas no projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura poderiam ser usadas como um texto de referência.

16. Um memorial nacional da escravidão deveria ser erigido para prestar homenagem às milhões de vítimas e preservar a memória do componente afro-descendente da história brasileira.



17. Ao mesmo tempo em que reconhece o comprometimento do Governo com o reconhecimento dos quilombos, o Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial e intolerância relacionada recomenda ao Governo o seguinte:

(a) Realizar um censo dos quilombos para avaliar as condições de vida e o grau de reconhecimento das terras quilombolas;

(b) Proceder urgentemente ao reconhecimento e à entrega de títulos de propriedade aos quilombos;

(c) Providenciar com urgência segurança apropriada para as comunidades quilombolas e seus líderes;

(d) Garantir o fornecimento de bens e serviços fundamentais, tais como comida, saúde, habitação e educação;

(e) Considerar a entrega direta às comunidades dos recursos financeiros alocados para o desenvolvimento de quilombos, já que, segundo depoimentos, estes recursos não chegam aos quilombos;

(f) Criar mecanismos de ensino nos quilombos para dar mais visibilidade à sua história e enfatizar sua identidade como parte da memória viva da história do país.

18. O Relator Especial recomenda que:

(a) O decreto de reconhecimento dos quilombos seja mantido e plenamente implementado;

(b) A Fundação Palmares seja fortalecida em termos de autoridade em todos os setores governamentais e também em termos de recursos financeiros para que possa desempenhar o seu papel fundamental de identificação e proteção dos quilombos.

19. Com relação às comunidades indígenas:

(a) A proteção de líderes e comunidades indígenas precisa ser assegurada;

(b) O sistema de atendimento médico deveria ser revisto em consulta com as comunidades indígenas, tendo em vista sua ineficiência;

(c) O Governo deveria alocar recursos adequados que permitissem a implementação de um sistema educacional indígena diferenciado, como previsto na Regulação 3 do Conselho Nacional da Educação;

(d) Uma comissão parlamentar sobre a violência perpetrada contra os índios por causa de suas terras deveria ser criada.

20. Com relação à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Relator Especial recomenda que:

(a) A FUNAI seja dirigida por uma pessoa amplamente reconhecida e respeitada pela maioria das comunidades, a qual, como mensagem significativa de confiança e empoderamento, deve ser preferencialmen-

te uma personalidade indígena. Recomenda-se veementemente que o Governo examine essa matéria, em consulta com as comunidades indígenas;

(b) A FUNAI receba suficientes verbas adicionais para que possa estar em posição de completar a demarcação e o registro de terras em 2007;

(c) O quadro da FUNAI compreenda de forma significativa membros qualificados das comunidades indígenas, com base em um cuidadoso equilíbrio geográfico e étnico.

21. As trabalhadoras domésticas, 90 por cento das quais são mulheres afro-brasileiras, deveriam se beneficiar do reconhecimento e da proteção legal, bem como serem incluídas sob a proteção da legislação trabalhista.

22. O Governo deveria buscar meios apropriados de ação afirmativa para garantir a representação política das comunidades negra e indígena nas instituições estatais.

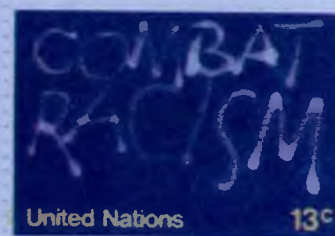
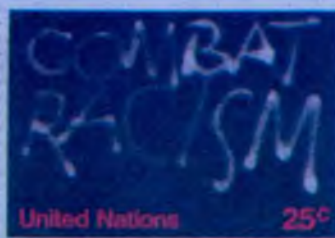
23. O Governo e o Parlamento deveriam agir no sentido de impedir e punir os atuais ataques e difamações contra as religiões de origem africana. Neste contexto, uma instituição nacional inter-religiosa deveria ser criada e encarregada de promover o diálogo e a tolerância entre religiões e de lutar contra a discriminação e o proselitismo nos planos racial e religioso.

24. A mídia deveria espelhar em sua estrutura, gerenciamento e programas a riqueza da diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira e promover uma cultura de conhecimento recíproco e interação. O Governo deveria promover e apoiar a criação de meios de comunicação comunitários para as comunidades indígena e afro-brasileira.

25. Iniciativas de projetos sócio-educacionais para crianças, adolescentes e adultos desenvolvidos nas favelas, como aquele que a ONG Ação Comunitária do Brasil realiza na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, deveriam receber apoio financeiro e outras formas de assistência do Governo e das autoridades locais, devendo, também, ser promovidos em outras favelas e áreas indígenas.

26. O Governo deveria adotar medidas apropriadas para garantir que o departamento de imigração e outras autoridades relevantes tratassem pessoas em busca de asilo e refugiados de acordo com os padrões e dispositivos internacionais, respeitando plenamente seus direitos como pessoas em busca de asilo e refugiados e não os discriminando por causa de sua raça ou origem.

27. Recomenda-se que o Governo do Brasil continue com seu significativo apoio às atividades da Organização dos Estados Americanos no combate ao racismo e à discriminação racial, particularmente na elaboração de uma convenção inter-americana contra o racismo, e com as atividades de prosseguimento à Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada.





Espaços públicos de acesso à informação

As intervenções urbanas e arquitetônicas podem contribuir para ampliar as possibilidades de acesso à informação. Veja o que propõe Gabriela Leandro Pereira (rádio, telecentro e praça) para o bairro Alice Coutinho, em Cariacica (ES).

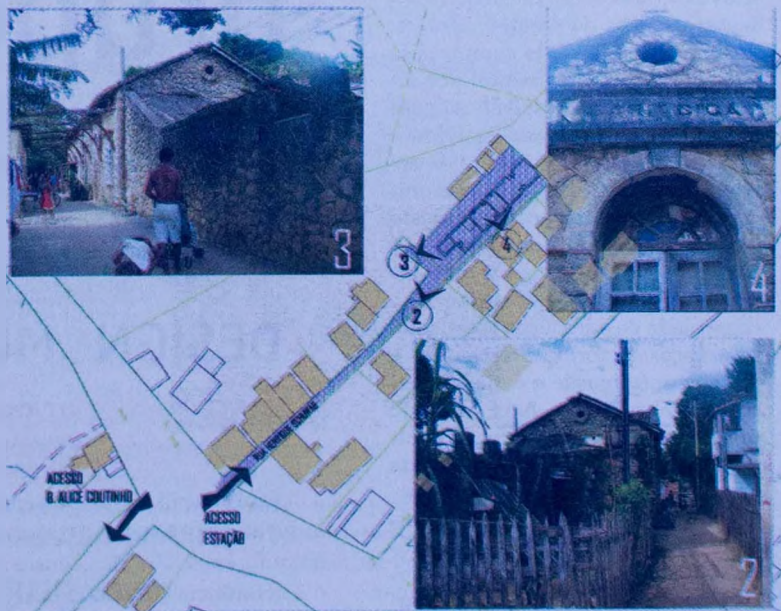
Gabriela Leandro Pereira*

A sociedade contemporânea, global, surge tendo como suporte a revolução tecnológica, tornando possível a alteração da capacidade produtiva da sociedade, seu modo de vida, relacionamentos sociais, organizações (econômica e política), etc. A velocidade com que acontecem as trocas de fluxos de informações nos dias atuais só é possível devido ao avanço das tecnologias.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) também passam por essas transformações. O domínio destes processos e o acesso a essa tecnologia traduzem-se na sociedade atual em maior ou menor capacidade e possibilidade de desenvolvimento e crescimento.

Em geral, o termo sustentabilidade é facilmente associado às questões relativas ao meio ambiente. No entanto, há de se pensar que sustentabilidade da vida social, da cidade contemporânea, não se resume em solucionar problemas ambientais. A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2005) diz que: "(...) A sustentabilidade da cidade, do ponto de vista ambiental, é a equidade, e do ponto de vista social, o acesso do cidadão aos bens e serviços urbanos, às condições urbanas, às oportunidades econômicas educacionais e culturais que a cidade oferece (...)".

Dentre os bens e serviços urbanos há de se pensar que a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação através da criação de espaços/equipamentos públicos surge como uma necessidade contemporânea, como uma possibilidade de reduzir as desigualdades e maximizar oportunidades. Pierre Lévy (1998) aponta que o surgimento do "espaço do saber" apresenta também o aumen-



to das desigualdades e gera novas formas de exclusão, distanciando cada vez mais os "pobres" dos "ricos". Não considerar a relevância de equipamentos públicos deste caráter como prioridade, em áreas onde se concentra a população de menor poder aquisitivo, é colocar em desvantagem os que já não possuem muitas chances.

O Mapa da Exclusão Digital, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, aponta a inclusão digital como uma forma sustentável de combate à miséria, tendo como alguns dos efeitos dessa inclusão o aumento da capacidade de geração de renda, além de proporcionar bem-estar social como questão básica de cidadania, a exemplo do acesso à educação e saúde.

O compartilhamento destes meios de acesso à informação de forma comunitária nem sempre tem no uso de avançadas tecnologias condição indispensável para sua existência. Bibliotecas, jornais comunitários, rádios comunitários e mesmo espaços de lazer e convivência onde a informação pode ser transmitida oralmente, através do encontro e diálogo entre as pessoas, são alguns destes exemplos. Já os telecentros comunitários são equipamentos importantes neste contexto, pois utilizam das tecnologias de informação e comunicação com o objetivo de democratizar o acesso, principalmente, à rede mundial de comunicação, a internet.

Estes espaços públicos, chamados aqui de espaços públicos de acesso à informação, necessitam ser tratados de forma sistêmica, de tal maneira que dentro de um plano maior de democratização do acesso à informação, a distribuição



territorial destes equipamentos seja estrategicamente pensada, tanto em relação à localização destes espaços e equipamentos na malha urbana, quanto ao seu caráter e tipologia. Estes espaços, suportes informacionais na esfera pública, são fundamentais para difundir informações capazes de propiciar ao habitante da cidade melhor qualidade de vida, sendo a troca de informações a base do conhecimento na sociedade informacional contemporânea.

Um trabalho de investigação quanto a estes espaços públicos feito no bairro Alice Coutinho, em Cariacica (ES), pôde identificar problemáticas semelhantes às demais "periferias" das cidades brasileiras. No bairro - que surgiu da ocupação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, na década de 90 - não existem instalações públicas que tenham este caráter informacional, nem de comunicação. Dentre os meios mais utilizados pelos moradores como fonte de informação foram identificados a rádio (muito utilizada em bares, onde as informações são socializadas e as opiniões sobre os assuntos compartilhadas); a televisão; e a transmissão oral (seja através de encontros casuais, ou mesmo de porta em porta para divulgação de horários de reuniões, assembléias, ou outras informações). A informação por meio de veículos impressos (como jornais, informativos, revistas, etc.) também é uma fonte utilizada, no entanto esbarra na barreira do analfabetismo. Com base nesta investigação, pôde-se chegar a três propostas de intervenção levando em considera-

ção as situações urbanas e potencialidades do bairro: a instalação de uma rádio comunitária em uma antiga estação de trem desativada, localizada no limite do bairro (sendo esta também uma proposta de re-inserção da estação na dinâmica da cidade através da redefinição do seu uso e requalificação do edifício); a estruturação da praça como forma de potencializar este local de encontro, hoje um terreno vazio; e a instalação de um telecentro comunitário no terreno vazio destinado a princípio para a construção de uma escola municipal que, no entanto, será construída no bairro vizinho.

Estas três intervenções são complementares e visam potencializar e ampliar as possibilidades de acesso à informação no bairro, através da criação ou reestruturação destes espaços de caráter coletivo. Neste sentido, a rádio comunitária tem um papel fundamental por difundir informações específicas para o contexto na qual está inserida e ser também um instrumento de articulação e mobilização da comunidade devido à fácil aceitação deste veículo pelos moradores. A reestruturação da praça é uma intervenção que visa potencializar a capacidade de agregação social deste espaço, de forma a estimular a troca de informação e o diálogo entre os moradores. A criação do telecentro insere no bairro um equipamento novo com o objetivo de aproximar a comunidade do "mundo virtual", do acesso rápido às informações e das facilidades da comunicação. A rede possibilita ainda a articulação e contato com ou-

tras comunidades, movimentos sociais, instituições, além de ser um veículo importante não apenas para obtenção de informação, como também um veículo de divulgação das informações geradas pela própria comunidade. Garantir o acesso à informação é uma forma de possibilitar não só o crescimento individual e possibilidade de ascensão dos moradores do bairro como também o fortalecimento da comunidade como um todo.

A promoção de mudanças estruturais na sociedade é muito mais complexa do que simples propostas de intervenções urbanas e arquitetônicas, no entanto é preciso discutir a natureza das interven-

ções que estão sendo feitas para a melhoria da qualidade de vida, principalmente nas áreas e bairros menos privilegiados. Até que ponto estas intervenções não estão atendendo apenas a demandas emergenciais, como saneamento e infra-estrutura básica. É preciso pensar em desenvolvimento e sustentabilidade com uma visão mais ampla, coerente com os novos paradigmas da contemporaneidade, de forma a se alcançar, de fato, uma globalização mais democrática.

**Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo.*

grupo 
criativo
SALVADOR

DESIGN . MUSIC . INTERNET

NÃO VEMOS APENAS EM PRETO E BRANCO.
A CRIATIVIDADE TEM TODAS AS CORES!!!

Deixe-nos transformar suas idéias em realidade!
Tel: (71) 3266 0252 , em@il: contato@grupocriativo.net

www.grupocriativo.net



Carnaval de Salvador

Celebração da violência - a festa não é essa

Segundo dados do Observatório Racial, criado pela Secretaria de Reparação da Prefeitura para o Carnaval de 2006, de 4.151 vítimas de violência, 70,5 % eram negras. Segregados e violentamente reprimidos pela ação arbitrária da polícia, os negros têm dificuldade para brincar e trabalhar numa festa que, utilizando seus referenciais de cultura, fatura milhões de reais.

Jamile Menezes de Almeida Santos*

De 21 a 27 de janeiro de 2006: cerca de 25 mil trabalhadores envolvidos em sua preparação e operacionalização; uma média de 2 milhões de pessoas se espalhou pelos 27km de ruas, avenidas e praças de Salvador a cada 24h; mais de 200 entidades desfilaram suas alegrias em cerca de 430h de música durante os eletrizantes 6 dias de folia; 21 mil policiais foram escalados para "assegurar" o bem-estar de todos na festa; 800 mil visitantes, dentre brasileiros e estrangeiros, aportaram na Cidade da Alegria para fazer parte desta megaestrutura conhecida como a maior festa popular e democrática do mundo: o Carnaval de Salvador. Durante uma semana, o "coração do mundo bateu por aqui". Assim ecoaram as centenas de profissionais de mídia que estavam na Bahia, mostrando mais uma vez ao planeta como povos de várias culturas, raças, posições sociais e credos se unem em um só coração, em nome de um único objetivo: a alegria.

Aqueles que tiveram a oportunidade de ver de perto – leia-se no chão, na famosa "pipoca" – e de sentir a grande massa popular se espremer nos ínfimos centímetros restantes entre as cordas dos trios elétricos e os tapumes dos camarotes, não viram essa união, muito menos essa energia comunal. Sentiram sim o aperto entre milhares de foliões que não tiveram o dinheiro (média de R\$200 a R\$3 mil reais) para pagar a "segurança" de um Bloco e o grande número de vendedores ambulantes que se

esgoelavam em busca de clientes; sentiram e viram a truculência e a violência policial para abrir caminho entre a multidão e "apartar" as inúmeras brigas durante os percursos; e o que é mais cruel e cada dia mais evidente nesta festa momesca soteropolitana: o explícito *apartheid* racial, paradoxalmente intrínseco no cotidiano desta negra cidade. "A gente que tá em casa e vê a festa de cima, das câmeras da televisão, não tem idéia do absurdo que é lá na rua mesmo. Não tem mais como andar, só tem camarote de rico e o pior é que gente de

nossa cor tem que ficar atento quando passa a fila do pelotão. Qualquer confusão que aconteça, se você estiver perto, corre o risco de apanhar e ser preso", assim avalia o vendedor Carlos Nascimento, 38, que trabalhou junto a sua esposa no Carnaval vendendo bebidas.

REALIDADE

Apesar de ser a maior cidade negra fora do continente africano, e de respirar a África em seus mais marcantes aspectos culturais, Salvador ainda reserva para a sua população afro-descendente as consequências do racismo institucionalizado e as desigualdades sociais decorrentes. Como uma miniatura desse quadro desigual, o Carnaval traz para as ruas a representação desta realidade. Por uma semana, e com uma observação mais centrada, somos capazes de tes-

dentro se divertindo. Ali é tudo branco, pra achar um negro ali tem que apertar os olhos mesmo e procurar bem. Se encontrar! Mas a gente tem que trabalhar e garantir o dinheiro", conta Manuel Santos (26), que há 3 anos trabalha como cordeiro em um dos mais caros e famosos Blocos de Trio de Salvador. Em todos esses setores é explícita a realidade de discriminação racial em que vive Salvador. Nenhum deles é invenção do Carnaval e sim reflexo do cotidiano da cidade.

E foi com o objetivo de acompanhar *in loco* esta desigualdade que a Secretaria Municipal de Reparação (Semur) criou o Observatório da Discriminação Racial. A iniciativa surgiu depois que uma equipe de funcionários da Secretaria e o Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra identificaram que, no Carnaval de 2005, das 3.966 vítimas de violência por causas externas (agressões físicas, armas de fogo e arma branca), 2.818, ou 71,1% delas, eram negras. "Com esse trabalho, pudemos observar que muitas coisas não eram registradas e relatadas de maneira mais efetiva. As ações de combate à discriminação racial, acompanhamento das condições de trabalho de negros e negras durante a festa não tinham o devido impacto", relata Luci Góes, coordenadora geral do Observatório, que contou com 50 profissionais em regime de plantão 24h durante a festa.

A estrutura montada na Ladeira de São Bento, próximo à Praça Castro Alves, no centro da folia, surgiu com o intuito de observar e



temunhar o *apartheid* em diversos setores da folia, seja no trabalho dos cordeiros, dos vendedores ambulantes, dos catadores de latinhas ou na cobertura da grande mídia. "Não temos nada ali. É puxar corda mesmo, muitas vezes com fome e sede, enquanto a gente vê os outros lá



relatar a ação policial junto a foliões afro-descendentes, fornecendo atendimento jurídico às vítimas de discriminação, acompanhar a intervenção dos órgãos responsáveis pela fiscalização do trabalho ambulante nas ruas, além de promover uma maior cobertura de mídia dos Blocos Afros, Afoxés, grupos de samba e reggae no Carnaval, traçando um diagnóstico da participação negra durante o evento. "Achei a iniciativa muito boa. A sociedade deve ficar sabendo que tem gente de olho no Carnaval e no que fazem com os negros durante a festa. Tenho a pele branca, saio em Bloco que é caro, mas vejo a seleção racista que a polícia, por exemplo, faz com qualquer negro que passa por eles. Não tem limites.", relata a estudante universitária Lorena Soares(24), que pulou durante três dias no circuito oficial do Campo-Grande.

VIOLÊNCIA

Sem dúvida, a maior representação da realidade negra na festa momesca é a violência policial. Esta que aniquila, em média, 3 jovens negros dentre 15 a 24 anos por dia, 12 nos fins de semana, 100 por mês e 1000 por ano em Salvador. "Foi bom saber que a gente tinha um lugar pra denunciar a violência da polícia e a discriminação contra nós, negros. Isso não pode se banalizar e acabar sendo algo natural do Carnaval de Salvador. A festa não é essa e não podemos concordar com isso, temos que denunciar.", relata o comerciante Valdélvio Gonçalves(41), que foi às ruas na "pipoca", segundo ele "tentar curtir a festa."

Um dos casos registrados pelo Observatório da Discriminação Racial é o do estudante C. Conceição(17), agredido e preso por policiais civis no Circuito Barra-Ondina no primeiro dia da folia. O jovem estava parado, assistindo, com amigos, à passagem do trio da cantora Ivete Sangalo, quando uma briga se formou a sua frente, causando correria e confusão. "Eu me apoiei em um batente, mas acabei caindo. Nessa hora, um agente civil chegou, me puxando e me batendo", conta C., que foi levado para um



módulo policial próximo ao local junto com um dos amigos. Ambos foram acusados de terem roubado a máquina fotográfica de uma turista, que apesar de ter negado a identificação dos dois, não pôde impedir a ação policial. "A gente estava chorando, dizendo que nós não éramos ladrões, mas eles só mandavam calar a boca e ficar quieto, chamando a gente de vagabundo", relembra o jovem. Para C., a humilhação e o sofrimento a que foi submetido na cela apertada, sob ameaças dos policiais, fizeram também com que perdesse a alegria pela festa. "Eles não sabem mais distinguir quem é ladrão e quem não é nas ruas, já está tão natural prender e bater na gente.

Perdi o espírito para brincar, vi minha mãe chorar por minha causa e pra mim isso é raro, então decidi não sair mais", reclama o jovem que só foi liberado no dia seguinte, através do advogado conseguido pelo pai.

Segundo a coordenadora do Observatório, o caso do estudante foi direcionado para os órgãos competentes, junto a outros referentes às áreas de Saúde e Violência, Ocupação e Renda, Turismo, e Cultura e Religiosidade, totalizando 128 ocorrências. Dados do trabalho em conjunto com o GT de Saúde neste Carnaval dão conta de que, somente nos postos da Prefeitura espalhados pelos circuitos, das 4.151 vítimas da violência (causas externas),



2.928, ou 70,5% delas, eram negras. Destas, 1.945 eram jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. "O Observatório veio pra causar impacto na sociedade, chamar a atenção das instituições envolvidas na organização do Carnaval. Um grande salto foi a relação com o Comando da Polícia Militar, no qual pudemos notar uma preocupação com o que estávamos observando. Existe a necessidade de se instalar uma comissão de direitos humanos nos postos policiais ao longo dos circuitos, para inibir as ações violentas contra os detidos, negros em sua totalidade. Muitas pessoas não chegam a dar queixa, nem procuram ajuda, por conta do medo de sofrerem represálias.", avalia Luci Góes.

A presença do Observatório da Discriminação Racial está assegurada nos próximos Carnavais, pelo menos até o fim da atual gestão. Mas a possibilidade de ampliação deste projeto já está sendo discutida pelos gestores. "Precisamos de uma maior conscientização durante o ano e mudança de atitude por parte da população negra, para que ela saiba de seus direitos e possa denunciar. Vamos amadurecer a idéia da permanência do Observatório durante todo o ano na cidade, buscando maiores ações efetivas junto aos órgãos envolvidos na operação", diz a coordenadora.

Para o senhor Carlos Alberto Sales, pai do jovem C. Conceição, seu filho e o amigo são exemplos de um quadro bem maior. "Apesar de sermos maioria nesta cidade, a gente não tem o respeito que merecemos. Sair nas ruas durante o Carnaval e ver o que aconteceu com meu filho, e acontece sempre com muitos jovens que nem ele, me dá essa certeza", desabafa.

A megaestrutura do Carnaval de Salvador mobiliza negócios da ordem de mais de 400 milhões de reais. O constrangimento, a violência e o desrespeito sofrido por foliões negros e negras nas ruas, não tem preço. E a carne mais barata neste mercado lúdico continua sendo a carne negra.

*Estudante de Jornalismo da Faculdade da Cidade do Salvador.



Foto: Carlos Moura

Decreto de FHC não foi revogado

Decreto de FHC criou o primeiro programa de ações afirmativas na administração pública federal. Continua em vigor, mas não produz nenhum efeito prático.

*Lucila Bandeira Beato**

Em 13 de maio de 2002, no imediato pós-Durban, o governo brasileiro instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da administração pública federal, por meio do Decreto Presidencial Nº 4.228.

O Programa Nacional de Ações Afirmativas contempla metas de participação de afro-descendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência no preenchimento de cargos em comissão na administração pública federal, nas contratações de empresas prestadoras de serviços e nas contratações de técnicos e consultores de projetos em parceria com organismos internacionais. Contempla, ainda, a inclusão de cláusula de adesão ao Programa nos termos de transferências de recursos pela administração pública federal e a inclusão de pontuação, nas licitações públicas federais, que beneficie os fornecedores que comprovem a adoção de políticas compatíveis com os objetivos do Programa.

O Decreto Presidencial constitui a coordenação e o comitê de avaliação e acompanhamento do Programa, com a atribuição de propor ações e metas (em sessenta dias), de propor medidas, diretrizes e procedimentos, como também apoiar, incentivar e articular a implementação do Programa. No entanto, é importante destacar que o Decreto 4.228 não estabelece metas percentuais de participação nem prazos para sua implementação pela administração pública federal.

O Programa Nacional de

Ações Afirmativas é uma medida de gestão estratégica adotada pelo governo brasileiro no contexto da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, promovida pela Organização das Nações Unidas e realizada na África do Sul, Durban, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001.

O processo preparatório da Conferência de Durban tornou notória a extremamente exitosa mobilização dos movimentos negros, em especial, o protagonismo e a participação qualificada das mulheres negras brasileiras em sua capacidade de disseminação, ampliação, aprofundamento e articulação - no cenário nacional e internacional - da luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe e outras formas de discriminação, através de estratégias de ação política para mudanças nas relações de poder na sociedade brasileira.

Ainda que do governo passado, o Decreto 4.228 está em vigor, não foi revogado. É necessária uma regulamentação que estabeleça as metas percentuais e os prazos para sua implementação. Uma oportunidade teria sido o Decreto Presidencial No. 5.497, de 21 de julho de 2005, que dispõe sobre o provimento de cargos em comissão para servidores de carreira, no âmbito da administração pública federal e estabelece metas percentuais para cargos a serem ocupados exclusivamente por servidores de carreira na administração pública federal direta, autárquica e fundacional - seten-

ta e cinco por cento e cinquenta por cento, respectivamente, dos cargos DAS, níveis 1, 2 e 3, e dos cargos DAS, nível 4. Não cita o Decreto 4.228. É preciso propor o resgate dessa diretriz que está em plena consonância com as estratégias e prioridades do atual governo.

Uma alteração no Decreto Presidencial No. 5.497, de 21 de julho de 2005, que regulamente metas percentuais e prazos para a implementação do Programa Nacional de Ações Afirmativas, no âmbito da administração pública federal, pode se dar a qualquer momento. O Programa Nacional de Ações Afirmativas beneficia afro-

descendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência. Resultado da luta dos movimentos sociais de mulheres e homens negros e de nossa articulação com outros movimentos sociais, no processo da Conferência de Durban, o Programa Nacional de Ações Afirmativas reflete a qualidade de nossa intervenção política na sociedade brasileira. Sua real validade, hoje, está diretamente relacionada à nossa capacidade de diálogo, mobilização e pressão.

**Economista, feminista, ativista do Movimento Negro e pesquisadora titular do IBGE.*



Receba o Irohìn em casa!

Faça sua assinatura - ainda é gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra.

Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou para irohin@terra.com.br



Foto: Cláudia Santos

Sobre as muralhas minhas asas sonham

Hamilton Borges Walê

6:00 da manhã – Acordo suado. Não dormi bem essa noite. O sono agitado, sonhos sem sentido, não lembro nada. O calor em Salvador é insuportável. Adoro o sol, mas são seis da manhã e minha pele queima como se fosse meio dia lá fora. O relógio não me engana: são seis da manhã. Eu podia acordar mais tarde, meu compromisso é só pra 8:30h. Fui convocado pelo MC Tatá, o rapper encarcerado na penitenciária Lemos de Brito. Acordo Andréia, minha esposa. Ela vai comigo. Sempre cola nessas fitas do movimento negro que a gente apronta – esses baratos que tão fora de moda para certos setores do *affirmative policy movement*. Andréia está com agente na moral. Tomo hidróxido de alumínio e chá de boldo para aliviar a gastrite. Só de pensar em estar com os irmãos atrás dos muros, fico uma pilha de nervos. Os caras valorizam nossa presença, nos respeitam. O que não sabem é que a gente dá um puta conceito pela coragem deles de não se perderem entre as paredes úmidas do sistema carcerário. Os caras tão humanizando a cadeia, dando vida onde a morte percorre espreitando o mínimo vacilo. O lugar é feito para bicho. Quem está lá, a maioria é filho, neto e bisneto de africano. Já estive estocado no inferno, empilhado em caixotes de ódio, preparado para destruir. Mas isso foi em outro tempo. Agora o bagulho são outros mil e quinhentos. Chega o carro para nos pegar. Descemos correndo a escada lá de casa. Tamo atrasado, não vai dar pra fumar um

cigarro. Mas também Andréia me daria uma bronca – medicado para gastrite e com um maço de cigarro no bolso... Puta calor... caralho!

Vamos à Cidade Baixa, Maçaranduba. Chegamos às 7:15h na casa do DJ Leandro da Cooperativa Uhuru e da CUFA. Uma buzina. O cara sai, desce a escadaria de seu barraco. A missão é nobre e o soldado já esta de prontidão. Abençoou Sueidi. Ela está linda. Falamos de nossos planos, mas não pode ir conosco. Todos sabemos que podemos contar com ela. Sueidi é um fenômeno de inteligência, coerência e orgulho. Eu a comprimento... chega de conversa. Vambora vagabundo.

Partimos para a Mata Escura, chegamos 8:00h. Lio N'zumbi já está no posto avançado, na porta da penitenciária. Como sempre o Nego Lio está muito sério, fumando um cigarro e conversando com os familiares dos presos. Andréia me chama no canto: "Veja, a maioria é de mulheres, mães, irmãs, companheiras". Andréia analisa a cadeia. Viu que é mulher que segura a lucidez dos caras lá dentro. Sem elas, a cadeia explode. Porra!!! Esqueci meus documentos. Caralho, deixei a identidade em casa. Sem o RG, não entro, e se entrar não saio e isso eu não iria suportar. Andréia me olha como se já estivesse prevendo. Sou muito distraído. Se é numa barreira cabulosa, o mole era pra bolo, mas essa fita aí só entende quem é de lá. Tenho apenas vinte minutos pra chegar em casa e voltar a tempo... que merda irmão... Corremos BR a fora. O medo do radar, dos

guardinhas do trânsito. Que Ogum nos guie.

Pronto, peguei meu documento, minha carteira de identidade. Percebi que o último dígito de meu RG parece com o número de minha antiga matrícula... Deus é mais!

Volto para a penitenciária. No portão principal, um policial com uma metralhadora na mão faz cara de mal, me olha feio. Sou preto, cabelo rasta, uso calça larga, ando gingando, tenho tatuagem e carrego um livro. O policial, com "algum esforço", deve pensar: "É maloqueiro!!".

Nilton chegou. O moleque é o estudante de direito mais guerreiro que conheço. Silencioso e afetivo, ele me cumprimenta. É quem abre a tranca para nós. Chega Emerentino, médico, diretor do setor de saúde do barraco. Muito simpático, nos cumprimenta. Pronto, todo mundo apresentado. Vamos entrar. Eu e Andréia vamos no carro de Emerentino. São 8:50h da manhã, um carcereiro cumprimenta Emerentino: "Bom dia, dotô!". "Bom dia", Emerentino responde. "Quem é esses pessoal aí?", ele fala olhando para mim e Andréia. A gente se olha e se cala. "Estão comigo", fala Emerentino seco... Abre-te Césamo...

Andréia é médica como Emerentino, só que é preta. O carcereiro não viu o registro dela no sindicato, nem pediu o diploma. É desse jeito, ascensão social de jovem negro pela universidade é um programa político vago demais para gerar uma transformação revolucionária. A gente luta por mudança e

a gente quer mudança para todo mundo, com respeito para todo mundo. Uma médica negra, bem posicionada socialmente, foi tratada como eu sou tratado todo dia. Como maloqueira. O racismo é foda. Falo isso a Emerentino. Ele se cala

9:00h – Passamos pelo detector de metais. Não somos revistados, estamos com Emerentino. Mas a mulher da revista não quer saber. Uma pele clara que não chega a ser branca, mas que tem seus privilégios na República do cabelo bom, chama Andréia e quer que ela se abaixe. Emerentino explode: "Ela está comigo!". Transpomos as grades que vai dar no Pavilhão 3.

9:09h – Os caras nos esperam no portal. MC Tatá de longe me lança um sorriso. A cadeia está mudada. Lio diz que é só no Corpo 3. Nesse pavilhão o Hip Hop operou a mudança. Me vem logo à cabeça meu parceiro Dexter, que tá sendo vítima de perseguição política. Um preso político que faz a maior falta nesse contexto aqui. Mesmo trancafiado em São Paulo e pulando de cadeia em cadeia, ele me deseja força por cartas. "Ai velho Hamilton, liga nós se precisar de algo, tamo aí pra ajudar". Os caras não conseguiram prender a alma de Dexter, por isso tanta solidariedade. É o mesmo que eu vejo em MC Tatá: uma força poderosa a serviço da mudança. Seus olhos brilham e ele fica ali entre as muralhas articulando trabalho comunitário pela música. Ele ginga como todos nós, tem a voz calma de quem entende

seu papel no mundo.

Quando chego, os caras me olham de longe. Eu sinto respeito nesses olhares. Falo pouco, como manda o figurino. Vamos para o Espaço Cultural. Lugar que era para castigar preso, agora possui biblioteca, um rádio, varais de pinturas na parede, frases de MV Bill no mural e, vez por outra, rola um suco e um pedaço de bolo.

É dia de visita e os caras tão dividindo o jumbo com agente. Eu fico envergonhado. Tatá me dá um abraço e começamos a conversar. Percebo uma pintura de Ogum na parede de uma cela e uma outra de Jesus. "Aqui cabe a fé de todo mundo", diz Tatá. Eu não comento nada. Começo a recitar poesia, os caras gostam e falo algumas coisas



Queridas, cheguei! Reparamos. Assenta-se à mesa de quitutes goianos a *marchand* do pintor famoso. Hoje estou triste. Que raro. O que passou? Pergunta uma uruguaia do grupo. O mucamo morreu.

Ai ai, aí vem mais uma aficionada por gatos, falo comigo mesma. E gatos com nomes exóticos. Mas para ser simpática e me integrar à conversa, paro a garfada de empadão a caminho da boca e pergunto – quem era o mucamo? Um preto da família da gente. Engasgo. Risinhos vários: de consternação, de constrangimento e de quem achou graça. Recebo tapas nas costas, mel e água. Alguém sugere que eu levante os braços, dê três pulinhos e chame por São Brás. Não desengasgo, nem sigo o conselho. Para variar, penso. O fenômeno da invisibilidade se repete. Sou preta. A única do grupo, mas se estou aqui, sou diferente. Preta como o mucamo, mas diferente dele. Não

sobre o racismo, falo que a população ali pode contar com a gente, que a gente está reagindo lá fora... Tatá diz que meus textos fazem sucesso na cadeia, que eu sou *best seller* nos pavilhões e que até na feminina lêem meus bagulhos, minha literatura maloqueira. Fico comovido e mudo de assunto. Puta vontade de fumar um cigarro, me afasto um pouco ouvindo Andréia falar. Eles ficam em silêncio ouvindo Andréia.

Acertamos uma agenda mais permanente. Saio dando um rolê pela cadeia, avisto a muralha. O PM está lá em cima, vigilante. Se alguém tentar escapar, ele atira. Lembro de Carandiru. O tal do Ubiratã Guimrães está solto... Matou 111 e está solto. Penso nos militantes en-

volvidos no Projeto Raça e Ternura da Polícia Militar Baiana. Tudo conversa para encobrir o **Projeto Raça e Tortura** de todo dia. E o pior é que tem gente boa caindo no conto do policial bom. Uma ova! Polícia é polícia e alguém tem de dizer isso a eles. Estão matando pretos todos os dias, ou levando ao sistema prisional por fome, ausência de saúde, educação... uma história secular de genocídio ao povo negro. Fumei a porra do cigarro pensando nesses baratos aí e nem vi o tempo passar.

12:16h – Temos de ir. A promessa é voltar e articular algo grandioso aqui. Os caras querem ouvir Vilma Reis, Luiz Alberto, Luíza Baires, Marcus Alessandro, Reginildes

Santa Bárbara, o pivete Marcelo e Daniel, Maca. Vamos continuar nessa trincheira, sonhando enquanto a muralha não cai com seus traços de impunidade.

12:40h – Saímos da cadeia. Hoje tem show de GOG e tenho uma encomenda do Corpo 3 pra entregar ao poeta da mudança. GOG vai ficar feliz, eu sei. Sergio Vaz vai ampliar nossa voz na Cooperifa e todo mundo vai voar com nosso sonho de um outro mundo melhor, com mais poesia.

**Poeta, ator, ativista do Movimento Negro e articulador da Campanha "Reaja ou será morta, Reaja ou será morto".*

Pretos de Estimação

Cidinha da Silva*

sou uma preta da família dela, então ela acha que pode se dirigir a mim como se eu não fosse preta...

Ela interrompe meus pensamentos e prossegue. Tão querido, tão limpinho. Nunca teve ninguém, o pobrezinho. Depois que minha mãe morreu – que Deus a tenha em bom lugar – minha irmã mais velha, que nunca gostou de morar em apartamento, ficou com dó e levou para ela. Ele morava nos fundos da casa, perto do canil. Era um preto de confiança, mais fiel à nossa família do que os cachorros do papai. Você sabe que papai sempre criou cachorros, não é? O mucamo levava as crianças à escola, dava banho nos *dogs* e lavava os carros. Consertava pia, fiação, desentupia banheiro, aprontava o rancho para os peões da fazenda. Um preto de ouro, de ébano, hahahaha, como esse pessoal do movimento afro-descendente gosta de dizer.

Arg... que invisibilidade que nada. A retina queria me provocar. Lembrei-me do Roberto Jefferson e dos instintos primitivos que o Zé Dirceu despertava nele. E eu queria matar aquela mulher. Mas não queria me assemelhar ao Roberto

Jefferson. Então, finíssima, aproveitei que a tosse não passava, pedi licença e deixei a mesa.

Minhas anfitriãs, muito sensíveis, anteviam o pior. Talvez um homicídio em legítima defesa, uma passagem da tosse ao vômito, ou, finalmente, um debate racial com aquela energúmena. Péssimo desfecho para um encontro tão afável. Mudaram de assunto para desfazer a nuvem de chumbo criada no ambiente. Perguntaram – e os amores?

Ah... nem te conto, tô apaixonada! É um deus grego em cima de um touro. Ih... já vi tudo, é caso de rodeio? Ele não é qualquer um, meninas. Tem talento e estilo. É um legítimo Alcântara Machado. Alcântara-ra, viu minha gente? Não é Alcantra como esse povo ignorante diz por aí. E sabem o que ele tem nos pés? Bo-ti-nas! Alguém responde e todas caem na gargalhada. Não, queridinhas. As botas dele são especiais. Além de calçar 46 – por aí vocês já podem imaginar o tamanho – ele usa esporas com biquinho de prata, um charme. Mas e o cara da semana passada? Alguém pergunta. Pensei que você estivesse apaixonada por outro. Quem? O

negão cubano? Aquilo era só para manutenção.

Eu pulo do sofá. Depois pulo na parede e tiro o facão que lá estava pendurado. Na parede da varanda, eu já estou fora da casa. Olho para a cozinha pela parede de vidro. Entrego-me à lua no afã de domar meus instintos primitivos. Evoco meus rudimentos de maculelê. Risco o chão, risco o ar, louvo o vento e quero riscar aquela mulher do mapa. Mandá-la para algum lugar ainda menos evoluído que a terra. Seguro imaginários cabelos de medusa e sento-lhes o facão. Corto a cabeça da hidra. Demonstro força e habilidade impressionantes. Inimagináveis. O engasgo passa e, extenuada, dirijo-me à cozinha com o facão à mão para beber água.

Ué, cadê a moça? Já foi. Alguém dá voz ao alívio de todas. O que foi? Pergunto e encaro os rostos assustados que me observam. Nada, nada. Sabe aquele melzinho que você gostou tanto? Ainda está aqui. Toma mais um tiquinho.

**Diretora do Instituto Kuanza.*



Entrevista com Jessé Oliveira:

A construção de outro imaginário

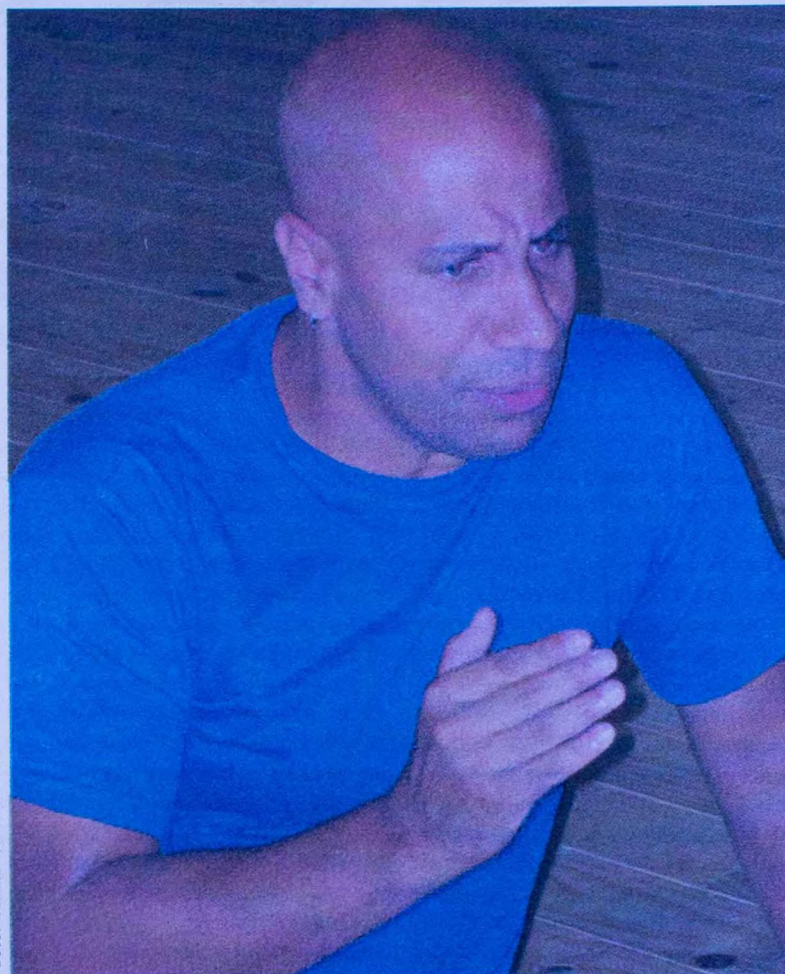
Diony Maria*

Jessé Oliveira, mais de 30 espetáculos em 17 anos de teatro e 37 anos de idade. Neto e filho de militares. Filho de mãe cantora premiada como melhor intérprete em vários festivais de música. Nascido em uma família pobre, em Porto Alegre, no bairro Partenon, morador do bairro Restinga, dos 12 aos 20 anos. Estudante interno do Colégio Militar, da quinta-série do fundamental ao segundo ano do ensino médio. (Dos 11 aos 17, ele só voltava para casa nos finais de semana.) Ariano com ascendente em aquário, torcedor do Sport Club Internacional. Solteiro, pai-presente de Guilherme Gravina Oliveira, três anos.

Foi somente por volta dos 16 anos que Jessé Oliveira foi ao teatro pela primeira vez. Um irmão que militava em um partido político de oposição começou a receber convites para os espetáculos apresentados na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Jessé não perdia um espetáculo.

Diretor do Grupo de Teatro *Caixa Preta*, criado em 2002, em Porto Alegre, e composto por artistas negros, entre eles a atriz Vera Lopes. Em 2003, dentro de um projeto de resgate da dramaturgia afro-brasileira, o grupo montou *Transegun*, peça do escritor Cuti, que dialoga com a questão da negritude por meio de uma estética cultural negra.

Em 2005, foi a vez da estréia de *Hamlet Sincrético*, que



Jessé Oliveira

mescla ao clássico de William Shakespeare elementos da cultura e religião afro-brasileiras e recebeu seis indicações para a principal premiação das Artes Cênicas de Porto Alegre, o Prêmio Açorianos. O resultado do prêmio foi divulgado no último dia 22 de março. *Hamlet Sincrético* conquistou o Açori-

ano de melhor trilha sonora original. O espetáculo também recebeu o Troféu RBS Cultura (categoria Teatro Adulto) destinado aos melhores espetáculos do júri popular, definidos pelo site da TVCom.

Ïrohìn: Jessé, qual é a fórmula que criou o diretor de

teatro. O seu avô era milico. O seu pai era milico. A sua mãe era cantora. Você passou sete anos da adolescência estudando em regime de internato em um colégio militar. Estes ingredientes foram significativos?

Jessé Oliveira: O meu avô era sargento. O meu pai era sargento. O meu pai dizia assim: "Tu tens que ser oficial". Quando eu tinha onze anos eu queria seguir a carreira militar. Nós morávamos longe, na Restinga, e eu estudava em regime de internato. Com 17, eu vi que não queria mais aquilo. No Colégio Militar todos diziam que eu era indisciplinado e eu tinha consciência disso. Era o colégio que formou todos os presidentes da República do regime militar. Então havia uma carga muito forte de cobrança em termos de disciplina e eu não me enquadrava.

Ïrohìn: E qual foi a reação de sua família?

Jessé Oliveira: Quando eu saí, a minha família achou uma merda. Eles não esperavam isso. Nós somos seis irmãos. Cinco homens e uma menina, a mais nova. Sou o terceiro filho. Ninguém ficou milico. O segundo filho também estudou no Colégio Militar e desistiu quando estava na oitava série.

Ïrohìn: Ao desistir da carreira militar, quais eram os seus planos profissionais?

Jessé Oliveira: Terminei o ensino médio em uma escola pública, passei no vestibular para História e freqüentei o curso por algum tempo. Depois desisti e parei de estudar. Nesta época, eu já fazia te-

Foto: Vilmar Carvalho



atro. Após algum tempo, eu fiz vestibular de novo e voltei a cursar História.

Ìrohìn: Se você já fazia teatro, porque não entrou direto nas Artes Cênicas?

Jessé Oliveira: Não tinha a convicção que tenho hoje da necessidade de quem trabalha com teatro ter um grande aprofundamento. Achava que o teatro poderia ser uma atividade paralela, além do mais eu gostava muito de História.

Ìrohìn: Hoje você vive exclusivamente do teatro?

Jessé Oliveira: Sim.

Ìrohìn: Como foi a sua iniciação no teatro?

Jessé Oliveira: Foi em uma oficina de teatro promovida por uma fundação do governo estadual, na Restinga. Eu estava com 20 anos. Foi muito por conta do oficinairo, o Paulo Pontes, que depois se tornou um grande amigo. Ele sempre foi um ator formador de atores. Ele fazia uma formação bastante peculiar, não trabalhava só a técnica. Ele tinha uma visão humanista e trabalhava o corpo como a morada do ser humano. A oficina durou um ano, com dez pessoas muito assíduas e muito disciplinadas.

Ìrohìn: Como ficou a sua relação com a disciplina pós-Colégio Militar?

Jessé Oliveira: Pois é, quando saí do Colégio Militar e vim para o mundo civil, as pessoas diziam que eu era muito "cri-cri". Hoje já consigo ver a disciplina como um elemento que não atrapalha as relações. Por exemplo, quando vou dirigir um espetáculo, tenho todo o planejamento desde o primeiro dia. Se alguém ler o roteiro do *Hamlet* que apresentei no primeiro dia e o que nós montamos vai ver que ele é absolutamente fiel. Acho que é importante esta disciplina de elaboração das coisas para saber onde se vai chegar. Acho que tem a ver até com o signo. Sou ariano, aquele que só consegue dar a ordem fazendo. Vamos que a gente chega lá! Este é o aspecto positivo



da palavra disciplina. Estou ao mesmo tempo sob o jugo da disciplina e negando a disciplina. Desde a primeira oficina, peguei um caderno para registrar tudo o que o oficinairo fazia. O que deu certo, o que não deu certo. Porque sempre achei que um dia a gente seria auto-suficiente e para isso seria necessário ter todas essas informações. Registrava tudo, tudo. Quando comecei a trabalhar como ator, também registrava tudo. O ator, em geral, é muito indisciplinado. Raramente se encontra um ator com anotações. Nunca fui um ator talentoso, mas sempre fui disponível. O que é para fazer, eu faço. Acho que isso foi muito importante. Aprendi muito sobre direção de atores, sobre exer-

cício teatral, sobre o desenvolvimento e o percurso de montagem de um espetáculo.

Ìrohìn: Então foi após a primeira oficina de teatro que você estreou no palco?

Jessé Oliveira: Não. Foi um ano depois, em 89, em outra oficina também na Restinga. Aliás, desta oficina resultou a primeira temporada de teatro em Porto Alegre fora do centro da cidade, dentro de uma comunidade. Foi também na Restinga. Foram três semanas, sábado e domingo, no salão paroquial. Era pago. Foi uma coisa muito legal. A maioria das pessoas nunca havia ido ao teatro. Nesta época, ainda não havia o projeto de descentralização da cultura. Além da estréia no teatro, eu jogava vôlei semiprofissionalmente, participava de grupos do movimento social e comunitário e integrava também um grupo que fazia performance em festa de rock. Mas eu nunca tive talento musical. Toda a minha família tem talento musical, menos eu.

Ìrohìn: Então nesta época você já havia delineado alguma perspectiva de vir a se tornar um profissional do teatro?

Jessé Oliveira: Não, achava que me tornaria poeta... Somente em 92 (24 anos) começou efetivamente a minha carreira no teatro. Já minha formação como diretor começou em 93. A partir deste momento, começo a ler muito sobre



Jessé Oliveira ladeado pelos poetas Cuti e Oliveira Silveira

teatro, a construir em casa uma biblioteca sobre teatro e a pesquisar sobre o teatro popular. Sempre gostei desta coisa de fazer tudo ao vivo e ter o domínio da convenção teatral como um jogo lúdico, quer dizer, o personagem ser montado na frente do espectador.

Ïrohìn: Durante todo este percurso inicial no teatro você teve colegas negros?

Jessé Oliveira: Nas primeiras oficinas havia quatro atores negros. No final só eu continuei no teatro.

Ïrohìn: Então, tanto como ator quanto como diretor, você só trabalhava com pessoas brancas. Como é que isso funcionava para você?

Jessé Oliveira: Na época, isso não era processado. Eu não tinha essa percepção. Eu me reconhecia como negro, sabia que havia um diferencial. Tinha menos trabalho do que todo mundo, mas não tinha essa percepção da importância de desenvolver um núcleo de artistas negros. Isso ainda não passava pela minha cabeça.

Ïrohìn: E por que será que isso não passava pela sua cabeça? Será porque você é um homem negro? Talvez, se você fosse uma mulher negra, o peso fosse maior. O que você acha disso?

Jessé Oliveira: Não sei. Eu me constituí dentro do teatro tradicional com atores e diretores brancos. Nós temos aqui em Porto Alegre uma atriz negra que também tardiamente começa a ter esta percepção. Ela tem alto nível de formação, tem mestrado em teatro. Ela trabalha a antropologia do teatro e é casada com um alemão. Ela começa a ter esta percepção ao mesmo tempo que eu. Não sei se nós, atores negros, temos menos consciência da questão da negritude do que as atrizes negras. A percepção que eu tenho depois é a de que de todos os negros que encontrei em oficinas e cursos de teatro, praticamente o único que vingou fui eu. Se tu perguntares quais são os diretores de teatro que são negros no RS, que eu saiba, não há outro. E os atores e atrizes que estão trabalhando? Quantos são? Se



Cena de Hamlet Sincrélico - Foto: Irene Santos

tirar o *Caixa Preta*, a gente conta nos dedos.

Ïrohìn: Quando passou a dirigir espetáculos, você ainda cursava História?

Jessé Oliveira: Em 1995 (27 anos), entrei para o curso de Licenciatura em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e continuei na Faculdade de História. Achava que faria os dois cursos juntos. Mas depois abandonei de vez a História, as Artes Cênicas viraram uma prioridade. Em 96, pedi transferência para o Curso de Direção. Eu entrei sabendo que não poderia parar e que, se não terminasse o curso em quatro anos, não me formaria. Entrei em primeiro lugar. Formei em quatro anos (aos 30 anos, em 1998). Nunca tranquei matéria e em algumas matérias obtive conceito A. Fui disciplinadíssimo. Muito contestador, mas disciplinado. Rebeldia é outra coisa.

Ïrohìn: Por que mesmo depois de já estar atuando profissionalmente como diretor de teatro você optou pela licenciatura, ao invés de já entrar direto no Curso de Direção?

Jessé Oliveira: É. Pensava que eu queria ser professor. Era também uma questão de sobrevivência. Formado em licenciatura, poderia dar aula no ensino fundamental e no ensino médio. Levei um tempo para aceitar a noção de que o diretor não é uma figura autoritária. Em 1997, se consolida o meu trabalho

como diretor e começo a ser convidado para ministrar oficinas. Foi também o começo de uma outra pesquisa sobre teatro de rua, o que me levou depois a fazer uma pós-graduação. O grupo não tinha um único ator negro. O grupo precisava de atores que tivessem horário livres (manhã, tarde e noite). Na periferia, a gente encontra atores negros quando não há a cobrança da disponibilidade de horários. Ai começa o que depois para mim vai virar uma contradição. Todos os atores eram brancos. A maioria oriunda da classe média ou média alta. Quase todos haviam passado pela faculdade de Artes Cênicas. Todos puderam optar pelo teatro. Hoje, tendo uma consciência de negro, consigo analisar melhor como é este percurso no qual os negros, atores ou pretendentes a artistas, desistem da carreira.

Ïrohìn: Depois de consolidar a sua carreira no teatro você passou a receber convites para produzir trabalhos?

Jessé Oliveira: Sempre tive trabalho, porque produzo as minhas coisas. Eu passei a ser produtor, diretor e ator. Ou seja, praticamente em todos os espetáculos de que participo, eu concebi o projeto, apresentei e garanti a produção e trabalhei. Tenho a percepção de que trabalho porque concebo o projeto. Porque se ficasse esperando um convite, eu não trabalharia ou trabalharia menos. Claro que hoje em dia, por ganhar muitos prêmios e todo mundo

saber que nos últimos dez anos todos os espetáculos que fiz foram com financiamento, ou seja, que tenho a capacidade de elaborar um projeto para que ele tenha um resultado positivo, que todos os espetáculos que faço os atores têm, por exemplo, um salário de ensaio, o que é uma coisa rara em Porto Alegre, as coisas são mais fáceis.

Ïrohìn: Você é um diretor premiado, tendo mesmo uma carreira internacional. Com o *Caixa Preta* continua recebendo elogios rasgados da crítica. Estar no *Caixa Preta* mudou alguma coisa na sua trajetória profissional?

Jessé Oliveira: Antes eu era apenas um negro artista. Agora sou um artista negro. Houve um tempo, há 15 anos atrás, em que eu achava que perseverando, lutando, tendo talento, se podem vencer os preconceitos e todas as barreiras, inclusive as raciais. Hoje tenho a plena convicção de que não é só isso. Existe um monte de gente perseverando e sem a menor perspectiva. Hoje tenho claro que o que se precisa é criar condições de igualdade. Porque deve ter aí em qualquer favela milhares de pessoas mais talentosas do que eu, mas que não têm oportunidade, nem possibilidade de escolher. Se eu pude, durante um tempo, escolher entre não trabalhar e só estudar é porque eu tive uma casa e tinha como garantir a minha subsistência. Eu antes achava que não havia atores negros em Porto Alegre. Depois eu percebi que o problema é que existe pouco trabalho para atores negros. O *Caixa-Preta* surge com a proposta de desenvolver um mercado de trabalho permanente para os artistas negros. Não só atores, mas também figurinistas, cenógrafos, coreógrafos, músicos, iluminadores e outros.

Ïrohìn: Mas também não há negros nestas outras funções dos bastidores do teatro?

Jessé Oliveira: Não. São pouquíssimos.

Ïrohìn: Até agora quem é o público do *Caixa Preta*?

Jessé Oliveira: Nos espetáculos de teatro apresentados em Porto Alegre raramente se vêem especta-

res negros, sendo também rara a presença de atores negros nos palcos. Até há pouco tempo, o negro estava aliado do teatro como ator e como espectador. Com o *Caixa Preta*, nunca tivemos um espetáculo em que só pessoas brancas estivessem na platéia. Sempre temos espectadores negros. O nosso público é heterogêneo, mas dá para dizer que sempre temos um mínimo de 20% de espectadores negros e que já tivemos platéias com cerca de 60% de espectadores negros. Na estréia do *Caixa Preta (Transegun)*, o público negro mínimo em cada espetáculo da temporada foi de 40%. Ou seja, um público novo em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. O *Caixa Preta* está formando uma platéia muito peculiar. O público alvo do *Caixa Preta* é o público tradicional do teatro somado ao público negro que se vê refletido no espetáculo.

Ìrohìn: E quanto aos preços dos espetáculos?

Jessé Oliveira: Nossos espetáculos não são de graça. Raramente fizemos espetáculo gratuito, mas sim

com preços populares. Aliás, a gente vê o orgulho que as pessoas negras têm ao pagar um espetáculo no qual se vêem representadas. Não podemos esquecer de que existe uma classe média negra potencialmente consumidora de arte. Sem a homogeneidade racial ou econômica estamos construindo um novo público de teatro.

Ìrohìn: Quem você reverência nas artes cênicas?

Jessé Oliveira: A obra de Abdias do Nascimento, em especial o Teatro Experimental do Negro (TEN) é emblemática. Abdias do Nascimento é o Zumbi do Teatro. Já o diretor de cinema Spike Lee (*Malcom X, Faça a Coisa Certa, Quatro Meninas Negras*), construiu um novo paradigma. Ele é corrosivo. Ele tem uma acidez perturbadora que dispara em todas as direções como se fosse uma metralhadora giratória. O filme *Bamboozled (A hora do show)*, que retrata a maneira como o negro é representado pelo cinema e pela mídia americana em geral, é uma obra-prima.

Ìrohìn: Que leitura você faz do momento atual das artes cênicas produzidas pelos negros brasileiros?

Jessé Oliveira: Contemporaneamente, o primeiro salto qualitativo pode ser observado no também emblemático filme *As Filhas do Vento*, do diretor Joel Zito Araújo. Este filme é todo estrelado por atores negros e atrizes negras que, formados por diretores brancos, "caíram" na mão de um diretor negro. Qual é a diferença deste produto em relação aos filmes dirigidos pelos diretores brancos? É a visão de mundo. No filme de Araújo há beleza de todas as idades, velhos, jovens, adolescentes. O que precisamos é dar o segundo salto qualitativo. O que se precisa construir a partir de agora é a geração de atores negros formados por diretores negros para que, nos próximos anos, se tenha uma representação real do negro e se possa construir um outro imaginário para a nação brasileira. Estamos nos encaminhando para isso.

FICHA TÉCNICA

Hamlet Sincrético (indicado na categoria de melhor espetáculo)

Texto: Criação coletiva / **Direção e roteiro:** Jessé Oliveira (indicado na categoria de melhor diretor), / **Elenco:** Vera Lopes, Marcelo de Paula, Sílvio Ramão (indicado na categoria de melhor ator coadjuvante), Juliano Barros, Adriana Rodrigues, Leandro Daitx, Kdoo Guerreiro, Eder Santos, Glau Barros (indicada na categoria de melhor atriz coadjuvante), Vagner Santos, Rodrigo Oná Abadiaxé, Flávio Oyá Tundê / **Direção musical:** Luiz André (indicado na categoria de melhor trilha sonora original) / **Figurinos:** Adriana Rodrigues e Gil Collares (indicados na categoria de melhor figurino) / **Execução de Axó:** Cleci Oxalá Temi Layó, Rosângela Ogun Pelê, Adriana Rodrigues / **Ambientação cenográfica:** Jessé Oliveira / **Iluminação:** Miguel Tamarajó / **Coreografias:** Adriana Rodrigues / **Fotografia e Criação Gráfica:** Irene Santos / **Produção Geral:** Jessé Oliveira

* **Jornalista, especialista em Antropologia Social e mestranda em Educação (RS).**



Foto: Carlos Moura

Histórias que não se patrocina

Resgatada como exemplo modelar de cobertura política, atuação política de José do Patrocínio faz pensar nas mistificações presentes na história da imprensa

Lunde Braghini*

O centenário de morte de José do Patrocínio, em 2005, aviva, de um lado, questionamentos básicos sobre o modo como a historiografia brasileira conseguiu construir uma narrativa heróica – “era uma vez uma imprensa que não tinha não tinha nada a ver com a escravidão, tanto que um dia se cansou dela e fez campanha pelo seu desaparecimento” – em que o papel da imprensa na manutenção da escravidão foi eliminado em favor da ênfase na chamada imprensa abolicionista, cujo período efetivo de atuação (1880-1888) é relativamen-

te curto. De outro lado, a data faz refletir sobre a constituição do pensamento político negro no Brasil.

Lembro-me de ouvir, numa pequena mostra sobre o cineasta africano Ousmane Sembene, no final de 2004, o expositor enfatizar o atraso com que a produção autóctone de cinema começa na África. Coisa de quase sessenta anos. Isso, dito por um brasileiro branco (a um público majoritariamente idem), é daquelas coisas que vêm de encomenda para se encaixar no típico discurso que sustenta que, raízes à parte, não so-

mos África em essência.

Precisamos nos importar, evidentemente, com a “tragédia dos africanos”, mas aqui as coisas não foram, não ficaram e não são tão assim... Ora! Um parâmetro de comparação com o Brasil não deveria tomar o próprio cinema como medida, mas a imprensa. Afinal, ela era a “máquina da hora”, à época em que a condição colonial fez que levássemos cinco vezes mais anos para praticá-la do que gastaram os africanos – quando se desvencilhavam do colonialismo – para fazer cinema.

Introduzida no Brasil em 1808, a tipografia, de que a imprensa (atividade de divulgação regular de notícias) rapidamente derivaria, corresponde à possibilidade de reproduzir tecnicamente a escrita. A imprensa faculta a criação de opinião coletiva. A opinião publicada, imprensa, é um dos momentos da constituição da opinião pública (embora esta nunca se reduza àquela). Pilar do mundo que a colonização criou no Brasil, o racismo deixou suas marcas na demora com que adotamos a imprensa, com que a pratica-



mos e também na maneira como contamos sua história.

Começo – A rigor, uma história da imprensa, elaborada de um ponto de vista negro, há de começar pela Rebelião dos Búzios, também dita dos Alfaiates, em 1798, cuja comunicação foi estudada por Florisvaldo Cunha, na década de 1970. Sem meio mecânico algum de reprodução da escrita, a veiculação das idéias revolucionárias era feita, então, em cartazes manuscritos. Lembre-se que é nessa famosa rebelião que se encontra a primeira tradução popular e negra de que o nascente ideário liberal da democracia implicaria a democracia racial. Inquirido pela repressão, Manuel Faustino declarou que participava do movimento por acreditar na construção de uma sociedade em que as pessoas valeriam pelos seus méritos e não pela cor de sua pele.

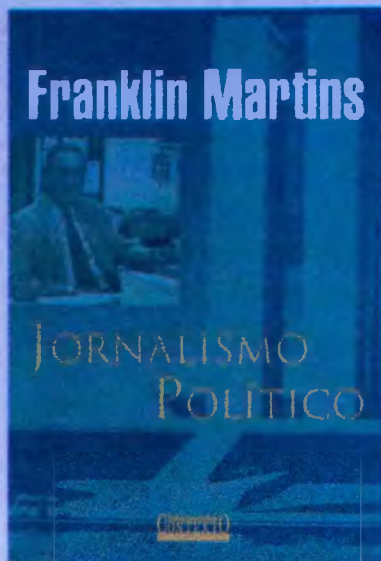
A mistificadora história da imprensa que se conta faz tudo começar em 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e com o *Correio Braziliense*, editado em Londres. E nessa imprensa cuja história assim se conta nem se procure cheio de apoio à causa negra. Ao contrário. Por exemplo, o primeiro panfleto que os revolucionários pernambucanos de 1817 ocupam-se de editar é um documento para acalmar os proprietários de terra, que se assustavam com o que o rótulo “liberal” sugeria de compromisso com a liberdade, e obviamente, com a libertação dos escravos. Receio óbvio. No documento impresso, os revolucionários diziam que muito lhes honrava a suspeita de que queriam fazer a abolição, afinal, diziam querê-lo mesmo, por serem liberais; porém (pé no freio e curva de 180º na argumentação), por serem liberais, também, eram partidários da propriedade privada. Assim garantiam aos proprietários de terra: “Vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagradas”.

A publicação de jornais implica a participação num universo de discurso liberal, voltado para a liberdade, o esclarecimento e a transformação social. No entanto, isso nunca obstaculizou que a imprensa longe de servir de articulação dos interesses democráticos (“do povo, pelo povo, para o povo”) se prestasse efetivamente a ser articuladora dos in-

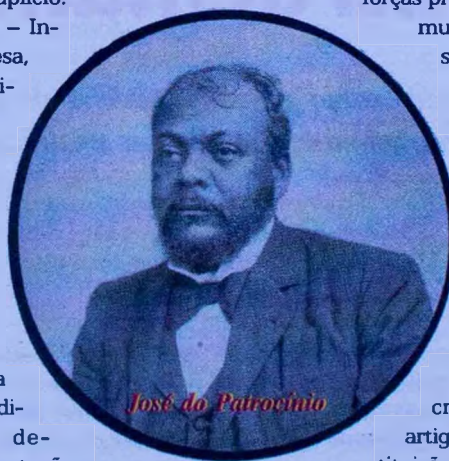
teresses oligárquicos. Essa era a função, por exemplo, da *Matutina Meia-Pontense*, primeiro jornal surgido em Goiás, pela mão de um dos maiores escravocratas de então, em 1832.

Não era só na articulação política explícita que se materializava o vínculo entre imprensa e manutenção da escravidão. Desde o início, os jornais brasileiros descobriram todas as maneiras de fazer fortuna com os classificados de venda e fuga de escravos. E com despudor, após a proibição, “para inglês ver”, do tráfico, publicavam “disfarçados anúncios” (expressão contraditória em si!) sobre a chegada de navios carregando pipas de água salgada de Angola. Importávamos água do mar... Humor à Casseta? Humor do cacete? Humor de uma imprensa do cacete e de um país de cacete, de algemaduras, de mordças metálicas, de gargalheiras, de viramundos, de máscaras de Flandres e demais tecnologias de suplício.

Autonomia – Interessante surpresa, uma das boas coisas vindas a lume, no ano passado foi o curto capítulo dedicado a Patrocínio no livro *Jornalismo Político*, de Franklin Martins, que integra uma coleção da Editora Contexto dedicada à apresentação didática das especificidades do exercício do jornalismo em diferentes áreas e meios, como internacional, esportes, ciência e política. Martins analisa a atuação de Patrocínio como um modelo de um jornalista cuja atuação, em seu melhor momento, resume as características básicas da boa cobertura política. Em seu entender, Patrocínio “conseguiu



Livro traz estudo de caso sobre José do Patrocínio



José do Patrocínio

agarrar a questão principal”, “não perder de vista os interesses em jogo” e “entender a personalidade dos principais atores”.

Centrais no exercício do jornalismo político (e no exercício político do jornalismo, sem jogo de palavras), essas questões têm ressonâncias mais amplas. Interessante-nos profundamente a análise de como Patrocínio se relacionou com

os demais setores progressistas de então, os chamados republicanos, que tentavam persuadi-lo de que uma vez feita a República, aí sim se faria viável a abolição. Patrocínio, que tinha razão, no caso, conseguia ver com clareza a centralidade da escravidão na sustentação do regime monárquico. Há aí uma configuração que parece que vai se reiterar durante todo o século XX e que parece ter se replicado inclusive no debate político da organização da Marcha Zumbi + 10.

Desde o início, os negros brasileiros lutaram para dominar as

forças produtivas da comunicação, inclusive adquirindo gráficas, editando livros e produzindo jornais que não deixaram de denunciar o liberalismo de fachada do país. Bastava-lhes transcrever parte do artigo 179 da Constituição (coisa reiterada-

damente feita no cabeçalho dos jornais negros), que asseverava que no acesso a cargos públicos, civis e militares, não poderia haver outra discriminação que não a dos méritos e virtudes. Na luta contra a escravidão efetiva, o liberalismo de papel não podia dizer um “ah”.

Coisa diferente vem no século XX, quando no campo político a opo-

sição entre “liberais” e “conservadores” é sobrepujada pela oposição entre “liberais” e “marxistas”. Todavia, à direita, constroem-se argumentos fundados em mitologias das três raças, de sua “saneadora” mistura, etc.; e à esquerda, veiculam-se poderosas interpelações ideológicas que podem ser um pouco resumidas assim: Nós (socialistas, comunistas) lutamos a sua luta. Você deve se juntar a nós. A sua bandeira será hasteada ao lado da nossa – embora depois... Nem liberais, nem conservadores, nem marxistas deram conta de compreender o mundo que o racismo criou no Brasil.

No recente debate aberto sobre o filme *Capote*, de Bennett Miller, que conta a história de Truman Capote – jornalista americano que escreveu *A Sangue Frio*, livro que renovou o chamado romance de não-ficção –, não foram poucos os comentaristas brasileiros que se arriscaram a fazer paralelos com exemplos brasileiros. Invariavelmente a bola caía no gol de Euclides de Cunha, que nossa historiografia também converteu, em alguns momentos, numa espécie de pai da reportagem. Ignora-se solenemente o impressionante trabalho de José do Patrocínio em 1877 e 1878, que se desloca para o Ceará, a fim de averiguar denúncias relativas ao desvio do dinheiro da Coroa (do erário) destinado aos flagelados da seca. Numa viagem que redundaria numa das primeiras utilizações da fotografia na imprensa brasileira, como mostrou Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, em *História da Fotorreportagem* no Brasil.

A leitura empolgante feita por Franklin Martins é basicamente construída sobre reflexões feitas pelo historiador José Murilo de Carvalho, na introdução da coletânea de artigos escritos por Patrocínio na campanha abolicionista. Isso não diminui a contribuição de Martins, parte do ofício jornalístico está mesmo nesse poder de reformatar e difundir. Com isso, o jornalista consegue mostrar a ausência que faz em nosso cenário a consideração do ponto de vista político negro, tão vivo também, na mesma conjuntura, numa plêiade de autores que, todavia, como Patrocínio, costumam ser tratados como espelhos quebrados, que não devem ser mirados e nem servir de referência.

***Jornalista (DF) e mestre em Comunicação Social.**

Um crime midiático contra África

d'ALAYER, Christian. (2004) *Um crime midiático contra a África. Os africanos são todos imprestáveis?* Latresne: Le bord de l'eau. (Um crime midiático contra a África. Os africanos são todos imprestáveis?)

Péricles Cunha*

A África é o continente perdido... A África está à deriva... A África de hoje se resume a conflitos étnicos e a guerras internas, à instabilidade política e à corrupção desenfreada de seus governantes... A África está morrendo de AIDS! São estas as conclusões a que somos levados pelo derame de despachos das agências internacionais de notícias, que alimentam o noticiário de nossos jornais diários. Mas tudo isto não passa de uma 'mentira' deslavada, gerada pelo 'afro-pessimismo' de jornalistas ocidentais mal informados sobre o que efetivamente se passa no continente africano. Esta 'síndrome africana' afugenta os investidores e o capital necessários ao desenvolvimento das nações africanas, com conseqüências extremamente danosas para as suas populações. Além disso, esta visão tendenciosa e falsa oculta os grandes desenvolvimentos ocorridos na África nos últimos decênios, e se constitui em um 'crime midiático' perpetrado não apenas contra a África, mas efetivamente contra toda a humanidade.

Esta é, resumidamente, a tese principal que ressalta da leitura do livro do jornalista francês Christian d'Alayer, especialista em assuntos africanos, conhecedor, de fato, da realidade africana, pelo que se pode depreender da profusão de fatos exemplares com os quais fundamenta a sua argumentação, e também um apaixonado pelas pessoas e pelas coisas africanas. O fato desencadeador deste libelo foi a questão que lhe foi colocada por um garoto, filho mais velho de seu 'melhor amigo' africano, um alto funcionário do governo do Senegal, de-

pois de ter ouvido uma de suas inúmeras conversas com o pai: 'e então, somos todos imprestáveis?' Esta pergunta, e feita por quem a fez, teve um impacto tão forte no amigo, nele despertando o jornalista, fazendo com que se decidisse a escrever um livro para explicar àquele garoto o que efetivamente tem ocorrido, e vem ocorrendo, com a África, para que eles - o garoto e todos de sua geração - percebam que, quando se trata de África e de africanos, há mais motivos para otimismo, do que para pessimismo, e também para dizer-lhes que, à geração deles, caberá administrar o que potencial mas também efetivamente já se pode afirmar ser o grande êxito africano.

O livro é, portanto, dirigido a Lakhsanne, o garoto, e se desdobra em narrativas afetuosas mas nem por isso destituídas das cruezas de certos exemplos e de certas argumentações. Inicia com uma exposição didática de alguns conceitos de economia do desenvolvimento: 'trabalho', 'capital', 'fator residual' e 'importância econômica, social e cultural do trabalho das mulheres'. Ancorado nesses conceitos, traça um panorama dos sucessos africanos dos últimos tempos, sistematicamente ignorados pela mídia internacional. Assim, discorre sobre o salto demográfico desencadeado em seguida às independências dos países africanos, a rápida urbanização e o estupendo desenvolvimento da agricultura de subsistência, o êxito da alfabetização e a evolução do 'status' da mulher, associado à sua inserção no mercado produtivo. Neste desenvolvimento, recheado de fatos his-

tóricos devidamente comprovados, e não se eximindo de 'dar nomes aos bois', não poupa organismos internacionais tão nossos conhecidos, tais como Banco Mundial, FMI, OCDE, OMS, BAD... ecologistas, ONGs, como a Transparência Internacional (financiada por capitais britânicos), os quais, em nome da ajuda ao desenvolvimento das nações em vias de se desenvolver, ou qualquer lengalenga do gênero, impõem políticas (privatizações, redução dos preços das matérias primas, 'ajudas' casadas, e outras) que, freqüentemente, escramizam as nações que dizem estar ajudando, aumentando-lhes o endividamento externo e, logo, a dependência, inviabilizando assim o... desenvolvimento! A questões tais como a corrupção de alguns governantes o autor contrapõe a corrupção nos países ocidentais e até mesmo, pode-se inferir, uma corrupção **constitutiva** do capitalismo ocidental, mostrando, além disso, que na África, em muitos casos, essa corrupção tem um caráter coletivo e solidário, por exemplo, ajuda à viúva de um soldado aqui, financiamentos do estudo de alguns outros ali, muito estranhos à corrupção a que estamos acostumados. Essa insistência nos casos de corrupção tem a ver com a confusão que se estabelece com a identificação do destino das nações ao destino de seus dirigentes. E assim, a 'mentira' disseminada nos meios de comunicação internacionais, a má interpretação dos fatos, provoca uma fuga de capitais, ausência de investimentos ou investimentos inex-



pressivos (os capitais investidos são tão ridículos que, quando não estão abaixo, apenas se equiparam à soma enviada pelos emigrantes africanos na Europa a seus países de origem). Tudo isso associado a um desprezo que qualifica como 'total, grave e persistente' de todos os observadores da atualidade internacional em relação ao continente africano e à perda de competência em África (de conhecimentos e conhecedores da realidade africana), exemplificada com o caso da França, vai gerar essa 'síndrome africana' a que nos referimos no início deste comentário, criando essa imagem falsa da realidade africana. D'Alayer chega a afirmar, em determinada passagem, que até o sol, que ilumina tanto as suas praias, as suas cidades e os seus campos, quando um ocidental nele pensa, as representações que surgem jamais estão associadas à África mas antes às Antilhas e ao México, ao Tahiti e às ilhas do Pacífico Sul. Esta é a medida da dimensão monstruosa que assume este 'crime midiático contra a África'.

Portanto, este é um livro que deve ser lido por todos nós, pois nos esclarece acerca de muitos de nossos próprios problemas, tão parecidos com os dos africanos...

**Pesquisador independente, o autor é mestre em Linguística (Unicamp).*

Crédito da Ilustração: Foto de Leroy Mclucas
Crédito do desenho do poeta: pastel de Winold Reiss

Langston Hughes, grande poeta afro-americano, nasceu em 01/02/1902 e faleceu em 22/05/1967. O poema foi extraído do livro "Traduzir é postar às avessas", lançado em outubro do ano passado pela Fundação Memorial da América Latina, reunindo vinte e um poemas de Hughes traduzidos pelo cineasta e poeta Sylvio Back.



DEMOCRACY

Langston Hughes

Democracy will not come
Today, this year
Nor ever
Through compromise and fear

I have as much right
As the other fellow has
To stand
On my two feet
And own the land

I tire so of hearing people say
Let things take their course
Tomorrow is another day.
I do need my freedom when I'm dead.

Freedom
Is a strong seed
Planted
In a great need.
I live here, too.
I want freedom
Just as you.

DEMOCRACIA

Langston Hughes
(Tradução de Sylvio Back)

Democracia não virá
Hoje, este ano
Jamais
Pelo compromisso e o pânico

Tenho tanto direito
Quanto qualquer sujeito
De ficar
Sobre meus dois pés
E com terra para arar.

Estou cheio dessa ladainha
Deixa a coisa rolar.
Amanhã é outro dia.
Não preciso da minha liberdade morto.
Não consigo viver de pão mofo.

Liberdade
É uma planta forte
Plantada
Na maior sorte.
Vivo aqui, também.
Quero liberdade
Como a você convém.